



AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA • Leisa Brasil DEZ 2009 • vol. 6 n. 4



**Mulheres construindo
a Agroecologia**

As desigualdades nas relações de gênero na agricultura familiar constituem um obstáculo ético e prático ao desenvolvimento rural. Elas manifestam-se em várias esferas da vida material e simbólica de agricultores e agricultoras, entre as quais se destacam a distribuição das riquezas geradas pelo trabalho familiar; a participação nos processos decisórios, a presença em espaços de sociabilidade e o acesso à informação e aos bens culturais.

Essas expressões de iniquidade entre homens e mulheres estão presentes no conjunto da sociedade, mas assumem cores próprias quando analisadas à luz da realidade da agricultura familiar. A construção de um entendimento sobre os processos peculiares de reprodução das desigualdades nesse universo sociocultural apresenta-se como um desafio para organizações e movimentos que atuam na defesa de transformações radicais na ordem social injusta que penaliza a agricultura camponesa, como um todo, e as agricultoras, em especial. Organizações do campo agroecológico vêm no dia-a-dia buscando assimilar esse desafio por meio da incorporação de um enfoque sensível às relações de gênero em seus programas e projetos institucionais. Ao assumirem essa perspectiva político-estratégica, as redes sociais de inovação agroecológica vão consolidando a compreensão de que estilos mais sustentáveis de desenvolvimento rural só serão construídos por meio da combinação de transformações na base técnica e econômica de gestão dos agroecossistemas com a emergência de novos valores de convivência social que condicionam as relações de gênero no interior das famílias agricultoras e nas comunidades e organizações de que fazem parte.

Para avançar no tratamento da questão, organizações e redes vinculadas à Articulação Nacional de Agroecologia vêm adotando com sucesso o método da sistematização das realidades nas quais as desigualdades de gênero na agricultura familiar se expressam. Ao explorarem esse caminho metodológico, as entidades envolvidas nesses esforços procuram analisar as condições que favorecem e/ou bloqueiam as mudanças nas relações entre homens e mulheres nos ambientes sociais influenciados por suas ações. Ao mesmo tempo, esses exercícios têm tido o mérito de motivar famílias e lideranças da agricultura familiar a se engajarem no processo de produção de conhecimentos sobre suas próprias práticas de gênero. Evitam-se, assim, formulações generalizantes sobre o tema que, no mais das vezes, não encontram correspondência na realidade específica percebida por aquelas que sofrem mais diretamente com as desigualdades.

Um dos principais aspectos ressaltados nas sistematizações tem sido a relevância das mulheres como provedoras das economias de suas famílias e comunidades. Esse *desocultamento* do trabalho feminino e do seu papel decisivo para a sustentabilidade da agricultura familiar camponesa vem criando condições favoráveis para que a separação arbitrária entre as esferas da produção e da reprodução econômica seja questionada, desmistificando a convencional divisão sexual do trabalho, que reserva o espaço doméstico às mulheres enquanto os homens se ocupam do domínio do público. Na evolução desses exercícios de análise coletiva da realidade, a dominação masculina sobre os núcleos familiares e sobre as organizações é desnaturalizada e passa a ser percebida como o resultado de construções sociais sujeitas a questionamentos e transformações promovidas pela ação política das mulheres. Os artigos publicados nesta edição trazem ricas narrativas dessas dinâmicas sociais em que a transição agroecológica é também compreendida como caminho para o empoderamento das mulheres.

O editor



ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.6, n.4
(corresponde ao v. 25, n. 3 da Revista Leisa)

Revista Agriculturas: experiências em agroecologia é uma publicação da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia –, em parceria com a Fundação Ilea – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.



Rua Candelária, n.º 9, 6º andar.
Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-904
Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363
E-mail: revista@aspta.org.br
www.aspta.org.br

Fundação Ilea
P.O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.
Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10
www.ilea.info

CONSELHO EDITORIAL

Claudia Schmitt

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ

Eugênio Ferrari

Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG – CTA/ZM

Ghislaine Duque

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Patac

Jean Marc von der Weid

AS-PTA

José Antônio Costabeber

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Maria Emília Lisboa Pacheco

Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Fase – RJ

Romier Sousa

Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia – GTNA

Sílvio Gomes de Almeida

AS-PTA

Tatiana Deane de Sá

Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária – Embrapa

EQUIPE EXECUTIVA

Editor – Paulo Petersen

Editor convidado para este número – Maria Emília Lisboa Pacheco

Produção executiva – Adriana Galvão Freire

Pesquisa – Adriana Galvão Freire, Maria Emília Lisboa Pacheco e Paulo Petersen

Base de dados de assinantes – Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque – Rosa L. Peralta

Revisão – Gláucia Cruz

Tradução – Rosa L. Peralta

Foto da capa – ©André Telles/ActionAid/Brasil

Projeto gráfico e diagramação – I Graficci Comunicação & Design

Impressão: Sol Gráfica

Tiragem: 6.500

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.

04 Editora convidada • Maria Emília Lisboa Pacheco

ARTIGOS

09 Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas

Laeticia Jalil



12 Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil

Elisabeth Maria Cardoso e Vanessa Schottz Rodrigues



17 Roça agroecológica das mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, Camamu (BA)

Ana Celsa Sousa, Carlos Eduardo de Souza Leite e Luciana Rios



22 Das janelas para o rio às práticas agroecológicas: a experiência das mulheres agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho

Bianca Ferreira Lima e Waldiléia Rendeiro Amaral



28 Fonte de água viva: soberania alimentar e ação das mulheres na Rede Xique-Xique

Marialda Moura da Silva



32 Quintais agroflorestais: mulheres redesenham espaços de produção e reprodução no Maranhão

Cidvânia Andrade de Oliveira



36 Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero

Ana Paula Lopes Ferreira, Guilherme Strauch, Celso Marcatto e Dorivaldo de Sá (Vavá)

41 Mulheres e soberania alimentar

Michel Pimbert

46 Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia

Maria Virgínia Aguiar, Emma Siliprandi e Maria Emília Pacheco

49 Publicações

51 Agroecologia em Rede

Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres

Maria Emília Lisboa Pacheco

As mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, particularmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos. Paradoxalmente, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e sujeitas ao drama da fome e desnutrição em várias partes do mundo.

No Brasil, quase 15 milhões de mulheres do campo estão privadas do acesso à cidadania por não terem reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais. Embora representem 47,8% da população residente no meio rural, somente 16% são titulares das terras onde moram.

Este é o cenário a partir do qual Michel Pimbert, Laetícia Jalil, Ana Paula Ferreira e outros coautores desenvolveram suas análises neste número que a *Revista Agriculturas* dedica às mulheres. Os artigos mostram o quanto as mulheres trabalham e como estão engajadas em praticamente todas as atividades agrícolas e extrativistas, assumindo jornadas de trabalho muito extensas. Mesmo assim, elas continuam com restrição de acesso aos recursos produtivos, bem como o reconhecimento do seu trabalho ainda é colocado em questão.

Mas as experiências aqui apresentadas também revelam outros sinais. Trazem evidências de caminhos que geram mu-

danças nesse quadro de desigualdades. Mostram processos de construção coletiva que se expressam no plano local, regional, nacional e internacional. Os vários sentidos e percursos desses caminhos nos quais as mulheres exercem um papel de liderança desafiam e interpelam a construção do campo agroecológico.

Ao mesmo tempo em que introduzem mudanças nos sistemas de produção, as mulheres vão experimentando transformações em sua vida cotidiana que as levam ao questionamento do modelo agrícola e social, consagrando-se como sujeitos políticos.

A luta por reconhecimento e redistribuição

O artigo de Laetícia Jalil abre a revista com um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Mostra a forma com que esse movimento busca construir um projeto de agricultura camponesa baseado nos princípios da Agroecologia. Um projeto que garanta a soberania alimentar enquanto direito, questione o patriarcado, afirme a auto-organização das mulheres e as reconheça como sujeitos políticos. A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis expressa a dupla face de questionamento, tanto do modelo de produção capitalista quanto da opressão patriarcal vivida pelas mulheres.

A iniciativa do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) de realizar um processo político-pedagógico de intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres é apresentada por Elizabeth Maria Cardoso e Vanessa Schottz Rodrigues no artigo *Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil*. Calcado nas análises de dinâmicas locais e microrregionais, esse processo, ainda que inconcluso, uma vez que se encerrou apenas na região Nordeste e está em curso nas regiões Norte e Sul, vem anunciando o fortalecimento do diálogo entre o movimento agroecológico e o movimento feminista. A proposta tem propiciado a reflexão sobre as questões políticas de redistribuição, que dizem respeito ao direito à renda,

à equidade no acesso aos recursos produtivos, à busca de autonomia econômica das mulheres no âmbito das relações familiares e às propostas de acesso aos recursos públicos. Ao mesmo tempo suscita questões relativas à identidade e ao reconhecimento dos diversos papéis das mulheres, assim como traz à tona a violência praticada contra elas, evidenciando processos que se inter-relacionam. Além disso, do ponto de vista pedagógico, o processo de sistematização cria espaços de autorreflexão das mulheres, onde se dá a construção de referências locais para a organização política e produtiva delas, contribuindo tanto para a conscientização do seu trabalho quanto para seu reconhecimento.

A construção política da visibilidade do trabalho e dos direitos das mulheres

Um estudo divulgado em 2009, baseado nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (Pnad) e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, embora a diferença entre a renda das mulheres e a dos homens no campo tenha se reduzido a partir de 2004, a desigualdade entre os gêneros permanece no que se refere ao valor do rendimento, à jornada de trabalho, entre outros fatores. Hildete Melo, coautora desse estudo, em seu lançamento explicou que o mesmo refere-se à economia *feminista*, e não *feminina*, no campo, uma vez que visa lançar um olhar engajado, buscando desvendar as mulheres que normalmente as estatísticas econômicas ignoram.

Em 2006, os homens declararam uma jornada média semanal de 39 horas de trabalho, enquanto a carga declarada pelas mulheres foi de apenas 21,7 horas. Para esse resultado contribuiu o fato de que aproximadamente 30% das trabalhadoras rurais, ou seja, praticamente 1/3, declararam jornada de trabalho de até 10 horas semanais, contra 5,5% dos homens. E o mais espantoso é que 12,8% delas declararam jornada de apenas cinco horas semanais (Melo, 2009:68).

Por que as mulheres declaram uma jornada de trabalho tão inferior ao padrão masculino? Maria Ignez Paulilo estudou o trabalho das mulheres em cinco regiões do país e percebeu que *a distinção entre trabalho leve feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do esforço despendido, mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante e prejudicial à saúde que fosse* (2004:245). O mesmo fenômeno ocorre com a divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É doméstico se é atribuição da mulher, como quando ela cuida da horta e das galinhas sozinha. Já se ela vai para o trabalho na roça com o marido, é trabalho produtivo, qualquer que seja o destino do que for colhido – para vender ou para comer.

A declaração de jornadas de trabalho tão baixas expressa o entendimento ainda dominante entre as mulheres no campo, que nem se conscientizaram do sentido econômico do seu trabalho nem caracterizam suas atividades como trabalho, continuando a encará-lo como ajuda.

Hildete de Melo (2009) e Maria Ignez Paulilo (2004) sugerem incluir a categoria de trabalhador(a) familiar nas estatísticas para o debate ser mais aprofundado. Diferente do homem, que é considerado responsável pelo estabelecimento, a esposa e filhos aparecem como membros não-remunerados da família, embora o pai também não seja remunerado, o que expressa um reconhecimento implícito de ter ele o maior poder sobre a renda familiar.

Apesar desse quadro de desigualdades, identificamos em algumas experiências analisadas neste número dedicado às mulheres processos emancipatórios de reconhecimento da condição de agricultoras e pescadoras que apontam para um cenário em mudança.

Os exemplos vêm dos vários biomas. Bianca F. Lima e Waldiléia R. Amaral nos mostram como a participação em experiências agroecológicas, que estimulam as práticas de in-

tercâmbio como ferramenta pedagógica para a expressão e troca de saberes, possibilita a ampliação do espaço de atuação das mulheres, colocando-as em contato com outras redes de sociabilidade e legitimando a sua contribuição. O trabalho da Associação das Mulheres Produtoras e Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho (Ampafoz), no Amapá, levou as mulheres a enfrentarem a resistência dos maridos e a aderirem à colônia de pescadores. Tornaram-se, assim, pescadoras artesanais profissionais, garantindo seus direitos na época do defeso, além de outros benefícios, como o salário-maternidade e a aposentadoria. Uma conquista que revela inequivocamente uma nova consciência de direitos no quadro das desigualdades.

Na Bahia, Ana Celsa Souza, Carlos Eduardo S. Leite e Luciana Rios nos contam a história do grupo Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos. Descrevem como se dá seu reconhecimento e participação como integrantes da Associação Comunitária no Assentamento Dandara e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu. Apesar de o grupo contar com apenas sete mulheres, elas também conseguiram vencer resistências e influenciar na mudança dos estatutos da associação, instituindo o pagamento de uma só mensalidade por família para assegurarem o direito a voz e voto também das mulheres.

A ação das mulheres na Rede Xique-Xique, apresentada no artigo de Marialda M. da Silva, tem uma amplitude maior. São 392 mulheres auto-organizadas em 44 grupos presentes em três territórios do Rio Grande do Norte e que se articulam e se mobilizam no campo agroecológico, da economia solidária e do feminismo.

No sertão de Pernambuco, Ana Paula Ferreira e coautores explicam mudanças na vida das mulheres, especialmente a partir de 2006, quando começaram a participar de um trabalho orientado pela perspectiva agroecológica, por meio de associações, feiras agroecológicas, intercâmbios de experiências e fornecimento de alimentos para o mercado institucional.

Já as ações do Movimento das Mulheres Camponesas, por meio da Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, mencionada anteriormente, inserem-se nas lutas por participação e reconhecimento das camponesas como sujeitos políticos de direitos.

Essas experiências têm em comum o fato de mostrarem que o reconhecimento da identidade e a conquista de direitos são parte do processo de auto-organização das mulheres, seja em suas organizações próprias e nos movimentos específicos seja na intervenção junto a organizações mistas. O processo de empoderamento vem junto com a participação política individual e coletiva na construção de redes de integração e coesão social.

A participação nas experiências agroecológicas que estimulam as práticas de intercâmbio como ferramenta pedagógica para a expressão e troca de saberes, possibilita a ampliação do espaço de atuação das mulheres, colocando-as em contato com outras redes de sociabilidade e legitima a sua participação, como vemos na experiência das pescadoras do Amapá.

Por isso, considerar o tempo de *participação cidadã* dedicado pelas mulheres ao trabalho em associações, organizações e movimentos sociais é necessário para o seu desenvolvimento pessoal e para a construção de redes de integração (Carrasco, 1999). Essa perspectiva de afirmação dos direitos das mulheres é coerente com os objetivos do GT Mulheres da ANA e sua metodologia adotada na sistematização das experiências.

O acesso à renda e a construção da autonomia econômica

Há evidências empíricas, relatadas em vários estudos de autoras feministas, como Carmem Deere (2002), de que a garantia das condições de bem-estar físico das mulheres e dos filhos e o enfrentamento da pobreza dependem significativamente do fato de as mulheres terem ou não acesso direto à renda e a bens produtivos.

Nem toda renda gerada pela família é necessariamente destinada a um fundo comum. E, mesmo quando constituído, esse fundo não é consumido em partes iguais

pelos membros das famílias. Além disso, homens e mulheres gastam de forma diferente. A renda controlada pelas mulheres tem mais probabilidade de contribuir para a garantia da alimentação da família e do bem-estar dos filhos do que aquela controlada pelos homens. A desigualdade de gênero na divisão de benefícios na família se manifesta, portanto, de vários modos.

Ana Paula L. Ferreira e coautores, analisando os riscos e oportunidades das mudanças climáticas sob a perspectiva de gênero no semiárido brasileiro, explicam como, nesses contextos, as mulheres são as mais prejudicadas. Com frequência têm um limitado acesso e controle sobre os ativos físicos e um papel marginal na tomada de decisão. Também a elas cabe, de forma recorrente, a provisão da lenha e da água, assim como em situações de escassez elas comem menos e pior. Assim, torna-se patente em que medida os papéis de gênero expõem mais as mulheres do que os homens às mudanças climáticas.

Já a experiência no Maranhão, descrita por Cidvânia Andrade de Oliveira, é um bom exemplo de como a influência das mulheres nas decisões sobre planejamento e organização da produção pode contribuir para redesenhar os sistemas de produção, reafirmar o princípio da alternatividade da economia camponesa – ou seja, a destinação do produto ao consumo e à venda – e democratizar as relações na família. Por meio das práticas agroecológicas implementadas pelas mulheres em um assentamento rural na comunidade de Patizal, no município de Morros, promoveu-se o enriquecimento e o redesenho dos quintais, espaço que cumpre função essencial de natureza social, ambiental, cultural e econômica.

Em algumas experiências é possível também observar que está se expandindo o leque de atividades geradoras de renda que podem contribuir para aumentar as opções estratégicas das mulheres, criando condições para que elas tenham mais autonomia e poder de decisão. Esse é o resultado, por exemplo, do trabalho da associação das pescadoras de camarão no Amapá, que já permite que as mulheres comprem os apetrechos para a pesca com os recursos oriundos de sua atividade econômica. Hoje elas se mobilizam para

inserir o camarão e o açaí na alimentação escolar. Há também mudanças na divisão sexual do trabalho, com o envolvimento dos maridos em atividades domésticas.

O grupo Dandara, na Bahia, também vem construindo sua autonomia econômica com as iniciativas de beneficiamento de frutas nativas para comercialização na Feira Agroecológica de Camamu e a venda de produtos in natura e beneficiados para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Conab). No Rio Grande do Norte, a organização do Grupo Maria, da Rede Xique-Xique, é também considerada uma alternativa para as mulheres, pois tem proporcionado visibilidade pública e reconhecimento social, reflexos da busca pela autonomia econômica para a aquisição de alguns produtos para seu uso e dos filhos.

Os contextos de insegurança alimentar e a busca da soberania alimentar

Todas as experiências apresentadas, com um recorte ou outro, têm como tema mobilizador e articulador a soberania e segurança alimentar, o que ressalta o papel histórico que cumprem as mulheres nesse campo, uma vez que elas são levadas a enfrentar os mais diversos contextos em que se manifesta a insegurança alimentar: falta de alternativas alimentares e atividades extrativas provocando degradação ambiental no Amapá; potencial extrativista ameaçado no Maranhão; expansão da monocultura com fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte; falta de alimentos e desnutrição das crianças no assentamento na Bahia; redução das alternativas de autoconsumo em razão da especialização da agricultura nas áreas de atuação do sul do Movimento das Mulheres Camponesas; o impacto das mudanças climáticas na produção agrícola nos exemplos do sertão de Pernambuco e do Norte de Minas; as políticas de livre comércio e a crise do sistema agroalimentar no plano internacional.

As alternativas postas em prática nas experiências, embora com amplitude e ênfases distintas, operam segundo uma lógica econômica comum, na qual a produtividade está associada à diversificação da produção agroecológica e à valorização

do autoconsumo para a garantia da soberania e segurança alimentar, além da inserção no mercado. E é destacado o papel das mulheres no autoconsumo, representando 90,9% na criação de aves e pequenos animais; 69,2% na horticultura e floricultura e 26,5 na pesca (Melo: 2009).

Essa lógica corrobora uma interpretação recorrente em Chayanov (1974). O autor desenvolve a tese do equilíbrio ótimo entre consumo e trabalho, visando explicar que o objetivo final de todas as ações e estratégias do campesinato é o bem-estar da família, para o qual é fundamental garantir o autoconsumo. A compreensão das características e do significado da produção para o auto-provisionamento da família e do próprio estabelecimento continua a ser um tema pouco aprofundado, assim como sua importância para a segurança alimentar, para a sociabilidade e para a transmissão de conhecimentos ainda precisa ser mais estudada. O autoconsumo é uma forma de *proteção* das famílias frente ao mercado de compra de alimentos e um meio para os agricultores garantirem sua segurança alimentar e nutricional (Gazzola e Schneider, 2007).

Mas estudos feministas mostraram que para o produto do trabalho beneficiar a todos que contribuíram vai depender de quem controla os bens e recursos. Em geral, a distribuição é mais igualitária nos sistemas de produção familiar nos quais a mulher participa do trabalho no campo, das decisões e da forma de dispor o produto. Nesse sentido há uma crítica à não-diferenciação de ganhos da teoria de Chayanov.

As transformações capitalistas, com a especialização e a artificialização da agricultura segundo os padrões da Revolução Verde, deslocaram o lugar e o sentido do autoconsumo, sobretudo a partir dos anos 1970 e especialmente em algumas regiões do país.

É necessário, portanto, elaborar uma nova teoria econômica para a agri-

cultura ecológica, sobre a qual nos falam Almeida e Ferrari (2005), que incorpore os atributos da sustentabilidade desses sistemas, como a segurança alimentar e o valor econômico do conjunto de serviços ambientais que configuram como bem público (conservação de nascentes e cursos d'água, manejo adequado dos solos, conservação da fauna, manejo de bens florestais madeireiros e não-madeireiros, conservação da biodiversidade, etc.). Como nos dizem esses autores: *a economia convencional desconhece os conceitos de limites naturais, de capacidade de suporte dos ecossistemas e de equilíbrio ecológico* (2005:28).

Mas a economia convencional também desvaloriza ou não considera o trabalho das mulheres. Reflexo disso é que mais de 70% das trabalhadoras rurais continuam a dizer que não têm renda ou que trabalham somente para o autoconsumo. Para as economistas feministas, porém, qualquer conceitualização de atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados para a subsistência e a reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam. Rechaçam a separação artificial entre a esfera da produção e da reprodução, entendendo a reprodução social como um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (Carrasco, 1999:35). Essa perspectiva abre possibilidades para o diálogo entre o campo agroecológico e o movimento feminista de elaboração alternativa e crítica à economia convencional.

Não à violência contra as mulheres

Em dezembro de 2009, realizou-se na América Central o primeiro acampamento de mulheres rurais para a campanha *Sim à soberania alimentar, não mais violência contra as mulheres*, promovida pela Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (Cloc) e Via Campesina. O movimento camponês considera urgente construir um modelo de sociedade justo e equitativo, no qual homens e mulheres rechacem a violência em todas as suas formas – econômica, social, física, psicológica, sexual, ambiental.

No Brasil, sobretudo após a promulgação da Lei Maria da Penha, crescem as denúncias de violência contra as mulheres. Em alguns casos, é a análise das iniciativas de aplicação dos princípios da Agroecologia ou de transição agroecológica que revela como as desigualdades se expressam sob várias formas de violência, como no caso do grupo de mulheres Dandara, que tiveram veneno lançado em seus quintais pelos homens. Mas as experiências aqui apresentadas mostram como as mulheres se organizam e elaboram estratégias de resistência para serem reconhecidas como produtoras e conquistarem a cidadania.

Esse debate está se ampliando. Houve uma repercussão bastante positiva das atividades sobre relações de gênero realizadas no VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia, em 2009. A Carta Agroecológica de Curitiba destaca a importância das mulheres na construção da Agroecologia e, assim como na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia, em 2006, os participantes e as participantes do campo agroecológico

assumem o compromisso de se opor a todas as formas de violência contra as mulheres que negam a sua cidadania.

Concluindo, podemos afirmar que as experiências suscitam várias questões que seguramente contribuirão para o avanço do debate e a concretização das reivindicações das mulheres, que desde o I Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, preconizaram a igualdade de gênero como uma condição essencial para a sustentabilidade da produção agroecológica e a cidadania no campo. Somam-se a elas as propostas no campo da pesquisa e metodologia debatidas no VI Congresso de Agroecologia que se encontram registradas no artigo de Maria Virgínia Aguiar e coautoras, sob o título *Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia*, que fecha esta publicação.

Maria Emília Lisboa Pacheco

Assessora da Fase-Solidariedade e Educação e integrante do Núcleo Executivo da ANA
memilia@fase.org.br

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio Gomes; FERRARI, Eugênio. Por uma nova teoria econômica para a agricultura ecológica. **Ação Ambiental**, Minas Gerais (Universidade Federal de Viçosa), ano VIII, n. 31, mai/jun 2005.
- CARRASCO, Cristina (Ed.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Ed. Icaria – Antrazyt, 1999.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la Unidad Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- CLOC. Si a la soberanía alimentaria, no más violencia contra las mujeres. In: primer campamento de mujeres rurales - Comunicaciones Via Campesina em Honduras. Disponível em: <http://movimientos.org/cloc/show_text.php?key=16527>. Acesso em: 28 de dezembro de 2009.
- DEERE, Carmem; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A produção da autonomia: “os papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.
- LEÓN, Magdalena. Pleno empleo y el trabajo de las mujeres. in: Nalu Faria. **Construir la Igualdad**, Sof. REMTE e Rede Economia e Feminismo, agosto de 2003.
- MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu; BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.
- PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, v. 12, n. 1, 2004.

Soberania alimentar, feminismo e ação política

um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas

Laetícia Jalil

A atual discussão sobre soberania alimentar no Brasil engloba enfoques políticos e práticas sociais diversificadas que se desenvolvem a partir da complexidade da nossa realidade social, política, econômica e cultural. A questão tem ganho grande projeção política nos últimos tempos por referenciar ações de diversos movimentos sociais e sujeitos políticos da sociedade civil ligados aos meios urbano e rural. Ao analisarmos como esses movimentos sociais, redes e articulações nacionais e internacionais traduzem, em ações práticas e políticas, o conceito de soberania alimentar, torna-se evidente que as questões de gênero, mais precisamente aquelas ligadas às mulheres camponesas, adquirem grande realce nesse debate.

Embora as mulheres representem 47,8% da população residente no meio rural brasileiro (PNAD, 2006), somente 16% delas são titulares das terras onde moram. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 40% da população rural não possui qualquer documento e, desse total, 60% são mulheres, o que as impossibilita de ter acesso a proteção social, direitos sociais básicos e crédito. Isso significa quase 15 milhões de mulheres que, em sua maioria, estão privadas do acesso à cidadania por não ter reconhecida a sua condição de agricultora familiar, camponesa, quilombola ou trabalhadora rural (Butto e Hora, 2008).

Essa realidade demonstra a importância da integração da perspectiva feminista na luta pela soberania alimentar, de forma que os papéis das mulheres na agricultura e na alimentação sejam

reconhecidos e valorizados. Este artigo apresenta como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir de sua Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, vem compreendendo e articulando a luta pela soberania alimentar enquanto uma estratégia de questionamento do modelo de desenvolvimento capitalista – contrapondo-se à mercantilização da vida e da natureza – e da divisão sexual do trabalho.

O MMC e a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis

O MMC é fruto de uma luta política que envolve as mulheres camponesas desde a década de 1970 e faz parte dos processos de questionamento às estruturas patriarcais e capitalistas fortemente presentes no meio rural brasileiro. Está organizado em quase todo o Brasil, atuando em articulação com diversos movimentos sociais, de mulheres e mistos, rurais e urbanos, de atuação nacional e internacional, sendo o único movimento feminista que compõe a Via Campesina no Brasil. Como tal, reafirma o modelo de agricultura camponesa na luta pela preservação da terra e da vida, a partir da auto-organização das mulheres.

Na condição de movimento feminista¹, o MMC percebe a necessidade de articular a luta contra o patriarcado no âmbito das forças sociais contra-hegemônicas. Com base nesse entendimento, elaborou e implantou a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, lançada oficialmente em fevereiro de 2007 como tema político para o Dia Internacional de Luta da Mulheres, em 8 de março. Segundo o MMC: *o Movimento de Mulheres Camponesas, em seus 20 anos de história e construção, vem reafirmando a agricultura camponesa como forma de resistir, enfrentar e negar o modelo*

¹ “Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta”. Nota de apresentação na página eletrônica: www.mmcbrasil.com.br/menu/historia_por.html. Acesso em 9/5/2009.



Alimentos saudáveis produzidos localmente

capitalista e patriarcal no campo. Construimos nossa luta no sentido de propor um Projeto de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da Agroecologia, que garanta a soberania alimentar como direito, onde o povo possa produzir e comer seus próprios alimentos, respeitando as diferentes culturas, o ambiente e promovendo a vida. Assim, o MMC Brasil, neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, lança a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, com o lema “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza!”. O objetivo é avançar na luta pela soberania alimentar, contribuindo no combate à fome e à miséria, tornando visível o grande potencial de produção de alimentos que a agricultura camponesa possui, evidenciando o papel das mulheres nesse processo e sensibilizando a sociedade para a situação de degradação da natureza, como também as possibilidades de retomar o cuidado com a vida.

A campanha articula atividades em três frentes de ação: a) o resgate das sementes crioulas – com bancos de sementes, melhoramento das variedades e trocas; b) o resgate e a revalorização dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais; e c) a produção alimentar de base ecológica com a reeducação e revalorização dos hábitos alimentares, a partir da ética do cuidado com a vida e com a natureza.

Para concretização da campanha, as mulheres desencadeiam ações que se articulam como parte do projeto político do MMC na sua luta pela soberania alimentar. A participação do MMC no acampamento nacional das mulheres pela previdência universal em outubro de 2007, em Brasília, e as mobilizações do dia 8 de março de 2008 foram momentos importantes da campanha.

O acampamento nacional das mulheres pela previdência universal teve como tema *Nenhum direito a menos: pela manutenção da Previdência Pública Universal e Solidária e a manutenção da condição de Segurados Especiais*. Seu objetivo foi o de questionar a exclusão das mulheres do fórum de discussão proposto pelo Ministério da Previdência e influenciar as decisões e encaminhamentos quanto à reforma da legislação sobre a matéria.

O MMC se apresentou no acampamento como importante força política e teve a oportunidade de dar grande visibilidade à sua campanha, evidenciando que as mulheres compreendem e articulam as lutas pela soberania alimentar com outras questões estruturantes, como a previdência social e a aposentadoria rural.

Como parte de suas ações no dia 8 de março de 2008, o MMC levou 600 mulheres camponesas para Florianópolis para uma manifestação cujo lema foi *Contra o agronegócio, pela defesa da vida e construção do Projeto de Agricultura Camponesa*. Nessa ocasião o movimento entregou um conjunto de reivindicações concretas ao poder público, tais como a construção de 600 cisternas, a viabilização de recursos para a implantação de 30 hortos de plantas medicinais e a organização de três turmas de alfabetização. Essa ação fortaleceu a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis em Santa Catarina ao apontar e demandar as condições materiais mínimas para o seu desenvolvimento posterior. De fato, segundo algumas mulheres que participaram:

A pauta do 8 de março veio fortalecer a campanha. Porque se nós tivéssemos cisterna, nossas hortas iam ser bem diferentes, né? Então, nós não vamos ficar sem produção. Porque, queira ou não queira, acontece, já aconteceu nesse ano também, falta de água, falta, então essa pauta, que nós levamos, nós esperamos que seja atendida e que fortaleça essa questão da campanha. (R.S., monitora do MMC, em depoimento colhido em Chapecó (SC) em maio de 2008).

Metas da Campanha

- Produção de alimentos saudáveis e diversificados.
- Recursos públicos e subsidiados para a produção ecológica de alimentos.
- Preservação da natureza e recuperação da biodiversidade.
- Reconhecimento e valorização do trabalho da mulher.
- Potencialização das redes solidárias de trabalho e consumo.
- Construção de novas relações humanas e com a natureza.
- Reforma agrária e políticas públicas para o campo (previdência, saúde, educação, moradia, transporte, lazer etc).
- Melhoria da infraestrutura das propriedades: construção de cisternas, saneamento, energia etc.
- Combate as todas as formas de violência (moral, física, psicológica, cultural) cometidas contra as mulheres e os trabalhadores.
- Ressignificação da cultura, dos valores e hábitos alimentares.
- Promover a saúde e qualidade de vida da população.
- Assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias adequadas à agricultura camponesa ecológica.

A Campanha de Produção de Alimentos Saudáveis quer ser um espaço para reunir as mulheres do campo e da cidade, a fim de afirmar a soberania alimentar dos povos e fortalecer a luta em defesa da vida.

Eu acho que são duas coisas [a campanha e a pauta do 8 de março] muito bem ligadas. Porque se você fala pra uma campanheira: “faça uma horta”, uma horta sem irrigação, a primeira coisa que acontece é ela não vingar. Assim, temos que lutar porque é direito das mulheres terem horta, água, escola. (C.H., monitora do MMC em depoimento colhido em Chapecó (SC), em maio de 2008).

Rompendo a cortina da invisibilidade e conquistando espaço na sociedade

As ações articuladas pela campanha se inserem nas lutas por participação e reconhecimento das camponesas enquanto sujeitos políticos de direitos. Trata-se, em essência, da própria luta pela democratização da sociedade brasileira, já que questiona os enfoques hegemônicos que orientam a forma com que o Estado historicamente se relacionou com as mulheres no meio rural.

Um aspecto essencial nesse processo tem sido a maior participação das mulheres em espaços públicos e, a partir daí, a conquista de novos espaços políticos no âmbito doméstico. De fato, ao participar das lutas no campo articuladas pelo movimento de mulheres, a trabalhadora rural assume uma posição que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público (Fischer, 2006, p. 57). Assim, ao romper a cortina de sua invisibilidade pública (SILVA, 1992, p. 282), graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes, também se redefinem as relações de poder na instância privada.

A Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis reafirma a luta pela soberania alimentar enquanto princípio de ação e instrumento político de processos de transforma-

ção na sociedade, reforçando o protagonismo das mulheres no enfrentamento não só do modelo capitalista, como também das estruturas patriarcais. Afinal, o que a experiência da campanha ressalta é que a conquista da soberania alimentar não se fará somente a partir do questionamento do modelo de produção capitalista ou apenas por meio da revalorização dos saberes tradicionais da cultura camponesa. Ela explicita que essa luta deve ser fortalecida e deve fortalecer a luta contra a opressão patriarcal sobre as mulheres, levando a novas relações sociais, pautadas pela solidariedade, respeito, reconhecimento das diversidades e o questionamento das desigualdades produzidas pela divisão sexual do trabalho.

Laécia Jalil

socióloga e doutoranda do CPDA/UFRRJ
laeciajalil@gmail.com

Referências bibliográficas

BUTTO, A.; HORA, K. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, ZARZAR (Org.). **A experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

FISCHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.

Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). <<http://www.mmcbrazil.com.br>>. Acesso em: 8 de maio de 2009.



Troca de conhecimento: jovem agricultora apresenta sua experiência agroecológica durante a II Oficina de Sistematização de Experiências do NE

Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil

Elisabeth Maria Cardoso e Vanessa Schottz Rodrigues

Desde sua criação, em 2004¹, o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) adota uma estratégia ancorada em duas linhas de ação complementares. A primeira consiste na incorporação do debate de gênero em todas as instâncias organizativas da ANA, em

¹ O GT Mulheres da ANA foi criado em 2004 durante um seminário nacional que reuniu organizações feministas, de mulheres rurais e do campo agroecológico para refletir sobre os diálogos entre feminismo e Agroecologia.

nível nacional e regional, e pela atuação junto aos outros GTs da articulação. A segunda se expressa pela intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas, buscando valorizar as experiências que as mulheres vêm desenvolvendo nos diferentes contextos socioambientais do país. O GT se afirma como um espaço de auto-organização das mulheres dentro da ANA, assumindo que é necessário mobilizá-las e articulá-las para atuarem efetivamente diante das desigualdades de gênero na sociedade e da situação de exclusão nos debates e na esfera política. A incorporação da perspectiva de gênero

na ANA e a divulgação das reflexões e experiências das mulheres é, para o GT, condição indispensável para que seja dada visibilidade ao papel fundamental desempenhado por elas na construção da Agroecologia.

Intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres

Muitos esforços vêm sendo empregados para identificar e sistematizar as experiências em Agroecologia conduzidas por todo o país. Contudo, percebe-se que, embora a grande maioria de experiências sistematizadas seja protagonizada por homens, muitas contam com a importante participação e esforço das mulheres. Esse aspecto, porém, vem sendo negligenciado. Ao destacar a natureza familiar da experiência, muitas sistematizações deixam de problematizar as relações de poder e os papéis exercidos por cada um dos membros da família, contribuindo para manter invisível o trabalho das mulheres na construção da Agroecologia. Temas como divisão sexual do trabalho, planejamento produtivo, autonomia política e econômica das mulheres acabam, portanto, não sendo abordados nas sistematizações.

Foi diante dessa problemática que as mulheres reunidas no GT apontaram a necessidade de garantir espaços específicos para sua auto-organização. Elas também ressaltaram a importância estratégica de realizar sistematizações e intercâmbios de experiências protagonizadas pelas agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebra-deiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras. Essa iniciativa buscava explicitar as interfaces entre as ações locais e a perspectiva de construção da transição agroecológica.

As mulheres vão se reconhecer na medida em que falam da sua própria história, do seu protagonismo. (Rose, agricultora e membro do Pólo Sindical da Borborema, Paraíba)

Foi nesse contexto que se iniciou, em 2008, o processo de Intercâmbio e Sistematização de Experiências Agroecológicas de Mulheres, fruto de uma parceria entre o GT Mulheres da ANA, a ActionAid Brasil e a Heifer. O processo envolve um conjunto amplo de organizações e movimentos sociais, tendo já motivado a sistematização de 23 experiências da região Nordeste e duas da região Sudeste. No momento, estão sendo sistematizadas 15 experiências da região Sul e 16 da Amazônia.² As sistematizações abrangem tanto unidades familiares como grupos e associações de mulheres. Para algumas organizações, a prática da sistematização já fazia parte

da rotina institucional, embora o protagonismo das mulheres ainda não fosse contemplado, enquanto para outras foi uma novidade. Descrevemos a seguir a metodologia adotada no processo, apresentando alguns dados preliminares com base nos resultados obtidos entre março de 2008 e abril de 2009 na região Nordeste.

A proposta metodológica

Os principais objetivos da sistematização de experiências protagonizadas por mulheres têm sido: 1) dar visibilidade às experiências promovidas por mulheres na Agroecologia; 2) elaborar e experimentar uma metodologia participativa de sistematização, aprimorando a capacidade das mulheres de refletir sobre suas próprias experiências; 3) refletir sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia e o papel da Agroecologia na vida das mulheres; e 4) gerar referências para a formulação de políticas públicas a partir dos aprendizados das experiências sistematizadas.

A proposta se baseia na ideia de que a sistematização deve ser conduzida pelas próprias agricultoras e técnicas das organizações envolvidas. Além disso, evitou-se definir previamente um formato metodológico único que pudesse tolher a liberdade de expressão e de produção coletiva dos grupos engajados nesse esforço de sistematização. No lugar de metodologias-padrão, optou-se pela construção conjunta de um roteiro de questões essenciais sobre a vida das mulheres que deveriam ser abordadas nas sistematizações.

Os grupos foram estimulados a empregar instrumentos de sistematização variados que assegurassem a plena participação dos diferentes agentes envolvidos nas experiências, assim como o respeito aos distintos graus de maturidade das organizações e de suas reflexões sobre Agroecologia e feminismo. Em síntese, o método adotado no processo envolveu os seguintes passos:

1. Formação de uma *comissão local*, composta por organizações da região onde as sistematizações foram realizadas, para o mapeamento das experiências, a construção da proposta metodológica e a elaboração da programação da primeira oficina.
2. Realização da primeira oficina com os seguintes objetivos: conhecer e refletir sobre as experiências com mulheres e Agroecologia de cada organização envolvida; refletir sobre o papel da sistematização para a vida das mulheres e das organizações; construir de forma conjunta uma proposta de roteiro de sistematização de experiências.
3. Cada grupo/organização/movimento conduz o seu próprio processo de sistematização. Para acompanhar essa

² Esse processo de intercâmbio e sistematização vem sendo desenvolvido em parceria com algumas organizações e redes regionais: GT Mulheres de Pernambuco, na região Nordeste; GT Gênero da Rede Ecológica e Movimento de Mulheres Camponesas, na região Sul; e Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia, na região amazônica.



De cima para baixo: Construção coletiva do "Rio da vida"; Grupo de mulheres para a sistematização; Detalhe do "Rio da Vida"

da sistematização, a partir dos debates e reflexões sobre as experiências apresentadas na segunda oficina.

As visitas a experiências protagonizadas por mulheres realizadas durante a primeira e a segunda oficina foram de grande importância para o processo de sistematização. Os exemplos práticos visualizados nessas oportunidades contribuíram para a reflexão sobre o papel das mulheres na construção da Agroecologia, assim como sobre a importância da perspectiva agroecológica para a vida das mulheres. Foi exatamente com base nessa reflexão coletiva que os elementos básicos que vieram a compor o roteiro de sistematização foram definidos. A pergunta básica para esse exercício foi: *Quais as questões fundamentais para o movimento de mulheres e para o movimento agroecológico que as experiências apontam e que devem ser evidenciadas num processo de sistematização?*

Na região Nordeste, o roteiro de sistematização construído durante a primeira oficina apontou um conjunto de questões a serem aprofundadas:

- *Resgate da história do grupo e da trajetória de vida das mulheres, buscando entender em que contexto as experiências se desenvolvem.*
- *Em que medida as experiências contribuem para a construção da autonomia política das mulheres, valorizando e incentivando a sua participação nos diversos espaços públicos e decisórios.*
- *Em que medida as experiências propiciam geração de renda e autonomia financeira às mulheres? Elas estão tendo autonomia para usar a renda? Que estratégias elas utilizaram para conquistar essa autonomia?*
- *Quanto às transformações na vida das mulheres, houve alguma mudança na relação com o marido e os filhos? E na divisão de tarefas domésticas? O seu trabalho vem sendo mais valorizado pela comunidade e pela família? Houve conquistas de direitos das mulheres a partir da experiência?*
- *Como se dá o planejamento das mulheres para as atividades produtivas e reprodutivas, incluindo o tempo para o lazer? O trabalho doméstico e nos quintais é contabilizado no planejamento das atividades da propriedade?*
- *As mulheres envolvidas com a experiência vivenciam algum tipo de violência, seja ela física, psicológica ou patrimonial?*

etapa, foi importante a criação de uma comissão de metodologia, que assegurou a participação de agricultoras e técnicas e que monitorou o andamento do processo de sistematização nas diferentes regiões. No caso do Nordeste, o prazo para a realização dessas sistematizações foi de oito meses;

4. Realização da segunda oficina para socialização das experiências sistematizadas, avaliação da metodologia e aprofundamento de alguns temas que surgiram com mais destaque nas sistematizações e na primeira oficina. No Nordeste, por exemplo, foram identificados os seguintes temas: violência contra as mulheres; autonomia política e financeira; inovações na divisão sexual do trabalho; e protagonismo juvenil.
5. Um período para a incorporação de novos elementos ao texto final

A Agroecologia na vida das mulheres

Escrever sobre a minha história me tocou. Acho que foi muito importante colocar no papel aquilo que faço. (Luiza, agricultora do grupo Artemísia, Pernambuco)

As mulheres relataram que, ao sistematizarem suas experiências, sentiram-se mais valorizadas, porque isso deu maior visibilidade ao seu trabalho, que na maioria das vezes é desconsiderado pelos companheiros e filhos. Há também uma clara percepção de que a falta de divisão dos afazeres domésticos gera uma grande sobrecarga e compromete sua participação nos espaços públicos, como sindicatos, movimentos e associações, além do tempo dedicado ao sistema de produção. Em muitas situações, a mulher continua sendo a única responsável por tarefas como a manutenção diária da casa e o cuidado com os filhos.

Por outro lado, há experiências em que a produção agroecológica e a participação crescente na esfera política têm contribuído para o empoderamento das mulheres, que começaram a transpor o espaço doméstico, conquistando maior autonomia e autoestima. Aliás, a elevação da autoestima é uma das principais conquistas destacadas pelas mulheres, pois a partir dela ganha-se mais confiança para sair do isolamento e ocupar espaços antes destinados apenas aos homens. Muitas agricultoras passaram a assumir cargos estratégicos nas associações e sindicatos, como a presidência e a tesouraria. Tais condições estão contribuindo para a alteração das relações de gênero em algumas famílias, incidindo sobre a distribuição do trabalho doméstico entre os demais membros da família (pai e filhos) e a inclusão das mulheres no planejamento produtivo da propriedade.

As experiências mostraram que essas conquistas só foram possíveis nos processos em que a produção agroecológica foi articulada com a superação da divisão sexual do trabalho, a promoção do acesso à informação e com estratégias de garantia da autonomia econômica e política das mulheres.

Embora muitas experiências já avancem no sentido da inclusão das mulheres nos espaços de comercialização, foi possível identificar inúmeros desafios relacionados a essa ati-

vidade. A logística de transporte dos produtos para as feiras ainda é um grande entrave, na medida em que as distâncias são grandes, as condições das estradas são péssimas e não há apoio das prefeituras. Por conta disso, os custos com transporte têm comprometido muito a rentabilidade das atividades produtivas. Alguns grupos de mulheres ainda encontram dificuldades para se inserirem nos espaços de comercialização, justamente por não contarem com assistência técnica, acesso a crédito e apoio logístico.

É comum também a situação em que a inserção das mulheres nos espaços de comercialização não assegura maior autonomia financeira, pois os homens se apropriam desses recursos e continuam definindo sozinhos onde eles serão empregados. Outra reflexão importante é a de que, assim como o trabalho das mulheres é invisível aos olhos dos homens e da sociedade, muitas vezes a renda obtida por elas também é desconsiderada e desvalorizada, uma vez que os recursos



Foto: Adhiana Galvão Freire

Mulheres do Grupo Xique-Xique apresentam sua experiência durante a I Oficina de Sistematização de Experiências do NE em Afogados da Ingazeira (PE)



Foto: Adriana Galvão Freire

Grupo de trabalho na II Oficina de Sistematização de Experiências do NE em Suape (PE)

são destinados a suprir necessidades domésticas, como roupas, calçados e material escolar para as crianças. Apesar dessa falta de reconhecimento, a renda obtida com a venda dos produtos dos quintais abriu portas para que muitas mulheres voltassem a estudar.

Embora a violência contra a mulher tenha sido pautada e incluída no roteiro de sistematização pelas agricultoras e técnicas na primeira oficina, poucas experiências abordaram o tema. Ficou evidenciado para o GT que a questão necessita ser aprofundada coletivamente.

A sistematização na vida das mulheres

A abordagem metodológica adotada no processo foi ajustada às possibilidades e interesses das organizações envolvidas e propiciou o pleno envolvimento das agricultoras e técnicas. O acompanhamento de todas as etapas pela comissão metodológica colaborou também para que o processo fosse bem-sucedido, tendo todas as organizações participantes sistematizado ao menos uma experiência.

As visitas de intercâmbio também foram destacadas pelas agricultoras como espaços de reflexão, troca de experiências e valorização do seu trabalho.

Estou muito alegre e me emocionei com a visita. Não é só mostrar o que faço, mas pude aprender também. Elas me passaram muitas coisas boas e me deram ânimo para continuar a luta. (Dilene, jovem agricultora de Sirinhaém)

Cada grupo que me visita é uma renovação da minha luta. (D. Amara, agricultora do Grupo de Mulheres de União e Riachuelo, Pernambuco)

As participantes consideraram que o roteiro proposto contribuiu para aprofundar o olhar sobre alguns temas relacionados ao cotidiano das mulheres, como violência, autonomia, divisão do trabalho, bem como chamou a atenção para a importância do resgate da história dos grupos e das trajetórias de vida das mulheres. Assim, ganharam também destaque nas sistematizações temas como nascimento, casamento, maturidade, amizade e a saída da casa dos pais.

Outro aspecto destacado pelas participantes foi a ampla diversidade de experiências apresentadas pelas organizações e movimentos que se encontram em estágios distintos de organização e reflexão sobre os temas da Agroecologia e do feminismo. Embora essa diversidade trouxesse alguma dificuldade para o processo coletivo, ela foi reconhecida como uma grande virtude. Primeiro porque permitiu

a aproximação e o diálogo entre organizações e movimentos mistos e feministas. Segundo porque a metodologia adotada propiciou que as organizações envolvidas participassem do processo com base nos seus acúmulos prévios.

Os formatos e instrumentos utilizados pelas organizações foram muito diversificados, tais como: intercâmbio de cartas, confecção de murais, oficinas, entrevistas, poesias, visitas e vídeos. As mulheres consideraram que a metodologia empregada para a sistematização favoreceu a participação do coletivo de mulheres em todo o processo, o que despertou o interesse de outras mulheres e outros grupos em continuarem sistematizando suas experiências.

Além disso, o processo de intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres contribuiu para o aprofundamento da reflexão sobre Agroecologia e para a desconstrução dos papéis socialmente atribuídos às mulheres, trazendo à tona alguns debates políticos que já começam a influenciar as organizações, entre eles: o aprofundamento da discussão sobre os elos entre feminismo e Agroecologia; o acesso das mulheres aos mercados; a incorporação da valorização da autonomia financeira e política nas experiências; e o enfrentamento da violência contra as mulheres.

O GT avalia que esse processo deu maior visibilidade ao protagonismo das mulheres na construção da Agroecologia e fortaleceu a capacidade de refletir sobre suas próprias experiências.

Colocar em prática foi difícil. Nunca tínhamos sistematizado. Aproveitei muito, pois tive a oportunidade de conversar com as mulheres. Elas se sentiram valorizadas com o processo de sistematização. (Cicleude, MST-MA)

Elisabeth Maria Cardoso
engenheira agrônoma do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) e animadora do GT Mulheres da ANA
beth@ctazm.org.br

Vanessa Schottz Rodrigues
nutricionista integrante da equipe da Fase e animadora do GT Mulheres da ANA
vanessa@fase.org.br



Foto: Luciana Rios

Produção de alimentos agroecológicos da roça das mulheres

Roça agroecológica das mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, Camamu (BA)

Ana Celsa Sousa, Carlos Eduardo de Souza Leite e Luciana Rios

Mulheres de Dandara na luta pelos seus direitos: esse é o lema do Grupo de Mulheres de Dandara, que conta com sete integrantes e que há 10 anos desenvolve experiências agroecológicas numa roça comunitária localizada no Assentamento Dandara dos Palmares, município de Camamu, Baixo-Sul da Bahia.

A comunidade surgiu em 1997 em uma área antes explorada pela empresa Cepel para o cultivo do cacau em monocultura, sistema que favoreceu a disseminação da doença vassoura-de-bruxa causada pelo fungo *Moniliophthera pernicios*, o que contribuiu decisivamente para o declínio da atividade de cacauicultura nas grandes fazendas da região. A transforma-



Acima e ao lado: Comemoração dos 10 anos da roça agroecológica, em agosto de 2009

ção das grandes propriedades cacauicultoras em latifúndios improdutivos impulsionou o surgimento de assentamentos rurais como o de Dandara, coroando a luta pela terra de 30 anos de muitas famílias da região.

No início do acampamento, as famílias vivenciaram momentos críticos devido à falta de alimentos. Segundo uma agricultora, que na época atuava como líder pela Pastoral da Criança, as crianças eram as mais atingidas pela desnutrição, diarreia e outras doenças. Com o propósito de produzir alimentos destinados prioritariamente às crianças, em 1998 um grupo de 20 mulheres solicitou à Associação Comunitária um lote de quatro hectares. Em 1999, a doação da área foi aprovada numa assembleia da associação, e o grupo deu início ao trabalho em mutirões, contando com o apoio de algumas entidades, como o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop) e a Pastoral da Criança, que assessoraram na produção do viveiro de mudas de frutíferas, no manejo agroecológico e na gestão de um fundo rotativo para compra de insumos, sementes e ferramentas. A roça foi implantada com uma grande diversidade de plantas: mandioca, cupuaçu, banana-da-terra, café, feijão, bata-doce, gergelim, milho, abacaxi, urucum, entre outras.

O grupo implantou o roçado com o manejo agroflorestal regenerativo, já que se trata de uma região rica em biodiversidade do bioma Mata Atlântica, no qual as árvores predominam como componentes dos agroecossistemas. De início, houve certa resistência por parte de algumas mulheres do grupo por não conhecerem essa proposta de manejo. No entanto, após as primeiras experimentações, elas perceberam que se tratava da melhor opção, na qual o mato era roçado e o solo era protegido por plantas nativas.

O maior desafio nesse período inicial foi convencer as companheiras a não empregarem veneno para o controle de formigas, adotando no lugar o manejo de plantas ajudantes, como a comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia picta* Schott), o

roxinho (*Euphorbia cotinifolia*) e a manipueira (água extraída da mandioca). Esse primeiro momento também foi marcado pelo descrédito dos homens da comunidade que, em desrespeito às mulheres e ao padrão de manejo que elas escolheram, utilizavam veneno nos quintais cultivados por elas. Além de dificultar a disseminação das práticas agroecológicas no assentamento, essa atitude foi considerada uma violência contra as mulheres. Devido ao trabalho duro e à falta de apoio de alguns maridos, algumas mulheres foram desistindo do processo, restando as sete que permanecem até hoje.

Em 2004, a comunidade iniciou a produção de alimentos nos quintais, a criação de pequenos animais, o resgate das plantas medicinais e dos remédios caseiros e um programa de reeducação alimentar. A dinâmica gerada na comunidade em função da construção e do resgate do conhecimento sobre essas diversas questões criou um ambiente favorável ao empoderamento das mulheres, por meio de um processo intenso de mobilização, capacitação e intercâmbio com outras experiências em torno à temática da segurança alimentar e nutricional.



Foto: Luciana Rios

Manejo agroflorestal na roça das mulheres

Durante todo o processo de experimentação dos princípios da Agroecologia no manejo da roça, aconteceram várias visitas de outras organizações que traziam agricultoras e agricultores para discutirem sobre o processo de transição agroecológica em suas propriedades. Com o grupo organizado e sendo referência na comunidade, muitas mulheres foram convidadas para participar de encontros fora de Dandara, tanto para capacitações como para trocas de conhecimentos com outros grupos.

Os encontros no assentamento também são importantes para capacitação e criação de autonomia. Nesses momentos as mulheres têm a oportunidade de expor pensamentos e ideias, de resgatar e reconstruir sua cidadania. A dinâmica de intercâmbio, seja em nível comunitário, regional, estadual ou nacional, a exemplo do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), da Rede de Mulheres em Remanso (BA), do Quilombo de Conceição das Crioulas (PE), dos Encontros sobre Agroecologia, dos fóruns e feiras, tem sido algo constante e fundamental para o grupo de Dandara, sobretudo por propiciar a troca de experiências das práticas agroecológicas, uma maior articulação entre mulheres e a organização comunitária.

Participação das mulheres nas organizações

Geralmente, as comunidades e os assentamentos de Camamu se organizam por intermédio de associações comunitárias, assumindo formas jurídicas que muito frequentemente

são fomentadas por agentes externos, tais como políticos e agentes financeiros. As comunidades acabam adotando esse formato institucional com o objetivo de acessar os benefícios de políticas públicas. Normalmente, a gestão dessas organizações é feita pelos homens, que resistem ao acesso das mulheres aos cargos diretivos e de tomada de decisão.

A inserção das mulheres na associação comunitária de Dandara não foi fácil. No início, sequer a participação delas como sócias foi aceita, já que não eram titulares dos lotes das famílias. Dessa forma, não foi dado a elas o direito de votar nem de serem votadas e poucas participavam das decisões relacionadas ao desenvolvimento do assentamento. Dois anos depois, as mulheres conquistaram o direito de se associarem, mas como não podiam pagar as mensalidades ficavam inadimplentes e sem direito a voz e voto. Com muita luta, o grupo de mulheres conseguiu alteração no estatuto de forma que todos os membros de uma família estariam adimplentes mediante o pagamento de uma única mensalidade.

Algumas das mulheres do grupo são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Camamu (STTR), instituição que tem desempenhado um papel essencial na formação de lideranças. Embora a política de cotas da organização assegure que as mulheres ocupem secretarias do STTR, a falta de experiência delas nessas funções se apresentou como um obstáculo.

Nos espaços de formação política, o grupo tem refletido sobre a participação efetiva das mulheres em cargos

diretivos. Apesar de algumas já exercerem esse tipo de função nas associações de sua comunidade, ainda é necessário dar continuidade ao processo de politização das agricultoras.

A construção da autonomia econômica

Na medida em que a venda da produção e a administração da renda das famílias agricultoras são realizadas pelos homens, a geração e a gestão de renda pelas mulheres se colocaram como uma questão central para o grupo.

A entrada de novas mulheres no grupo da roça tem ajudado a dinamizar a produção e a estimular as iniciativas de beneficiamento e de comercialização que estão sob o domínio exclusivo das mulheres. Há cerca de um ano, os produtos do grupo vêm sendo comercializados na Feira Agroecológica de Camamu, organizada por meio de um sistema de rotatividade semanal delas com mulheres de outras comunidades da região.

A partir de 2008, a venda de produtos *in natura* – frutas e verduras – e beneficiados – sucos, doces, bolos e beijus – para o Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (PAA/Conab), em parceria com a Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul (Aacaf), tem contribuído para impulsionar essa iniciativa. A comercialização para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) se apresenta nesse momento como nova perspectiva de acesso a mercados pelo grupo.

A experiência de sistematizar

A ideia de sistematizar a experiência do grupo surgiu com a participação de representantes do Grupo de Mulheres de Dandara no GT Mulheres da ANA.¹

A sistematização possibilitou ao grupo levantar e aprofundar questões fundamentais sobre sua caminhada, bem como sobre a trajetória das agricultoras que o integram. Proporcionou também uma reflexão sobre os avanços e os desafios das mulheres rumo à construção da Agroecologia no contexto da agricultura familiar da região do Baixo-Sul da Bahia.

Para dar início à sistematização, foram realizadas oficinas com o grupo nas

¹ Ver artigo na página 12 desta edição (nota do editor).



Foto: Ana Celsa
Grupo das mulheres



Foto: Ana Celsa

Grupo das mulheres

quais foram empregadas ferramentas diversas, como dinâmicas, descrição da rotina diária de cada agricultora e coleta de dados sobre raça, escolaridade e religião. O resgate da história do grupo foi feito com a construção de uma linha do tempo, por meio da qual foi descrita a trajetória da organização das mulheres, suas principais conquistas, desafios e perspectivas. A iniciativa permitiu a caracterização do perfil sociocultural das mulheres envolvidas na experiência.

Com esse processo de autorreflexão, foi possível elencar as contribuições da Agroecologia para o grupo e para o assentamento de modo geral. Segundo a percepção atual do grupo, as experiências agroecológicas promoveram a valorização e o reconhecimento do papel das mulheres na agricultura familiar; a qualidade e a diversificação dos alimentos que são produzidos e consumidos; o cuidado e a proteção da natureza; o fortalecimento do trabalho em grupo; a valorização dos recursos locais; a geração e o aumento da renda com diversificação de produtos.

Sonhos e perspectivas

Como perspectivas, o Grupo de Mulheres de Dandara sonha em fortalecer a roça agroecológica, ao concluir uma unidade de beneficiamento e armazenamento dos alimentos ali produzidos. Pretende também aumentar sua participação na esfera política; estimular ainda mais a consciência sobre a importância do trabalho coletivo; continuar as visitas nas roças individuais e mutirões para disseminação dos prin-



Foto: Luciana Rios

Produtos do grupo do artesanato

cípios agroecológicos; dar continuidade ao processo de formação política e sobre direitos das mulheres; qualificar o grupo de artesanato, aprimorando sua infraestrutura e aumentando sua capacidade de produção, de modo a incrementar os mecanismos de geração de renda pelas mulheres.

Essa experiência traz lições importantes acerca da construção de referências locais voltadas para a organização política e produtiva das mulheres agricultoras. Aponta também os desafios para sua disseminação na região como uma experiência inovadora e de promoção da Agroecologia. Entretanto, a participação efetiva das mulheres nos espaços de organização e representação, como a Associação Comunitária no Assentamento de Dandara e no STTR de Camamu, já demonstra o efeito irradiador e de consolidação dessa iniciativa.

Ana Celsa Sousa
técnica do Programa Mata Atlântica
ana@sasop.org.br

Carlos Eduardo de Souza Leite
coordenador geral
caesleite@sasop.org.br

Luciana Rios
assessora de comunicação
luciana@sasop.org.br

A young boy with dark hair and a serious expression is holding a string with a small fish attached to it. He is shirtless and wearing dark shorts. The background shows a wooden structure, possibly a boat or a dock, with a small white bowl on a ledge. The lighting is natural, suggesting an outdoor setting.

Das janelas para o rio às práticas agroecológicas

a experiência das mulheres agroextrativistas
da Foz do Rio Mazagão Velho

Bianca Ferreira Lima e Waldiléia Rendeiro Amaral

Este artigo aborda a iniciativa de mulheres que obtêm sua renda e incrementam a de suas famílias com o extrativismo do camarão e do açaí. Elas integram a Associação das Mulheres Produtoras e Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho (Ampafoz), no estado do Amapá, sendo mais conhecidas como mulheres pescadoras do camarão. Mesmo enfrentando a discriminação e os padrões de convivência dominados pelo economicismo vigente na sociedade, elas têm contribuído para o desenvolvimento de práticas agroecológicas e de novos valores e identidades que conduzem à cidadania, à democracia e à sustentabilidade.

Um contexto socioambiental que ameaça a biodiversidade

Nas décadas passadas, a região da Foz do Rio Mazagão Velho se caracterizou pela grande concentração de serrarias, reflexo da extração exarcebada e desordenada de madeira. A atividade madeireira sem manejo requer extensas áreas e acarreta custos elevados. Muitas árvores, como andiroba (*Carapa guianensis*) e macacaúba (*Platymiscium ulei*), foram derrubadas e, com o tempo, várias espécies da floresta foram sendo extintas na região. A alta intensidade e a grande frequência com que a extração da madeira é realizada superam a capacidade de regeneração da mata, de modo que os produtos da floresta diminuíram bastante. Estima-se que, para cada árvore retirada da floresta para a extração de madeira, outras 27 morrem ou são danificadas (Verissimo, 1996). Os valores recebidos pelos agricultores pela venda da madeira até chegavam rápido, mas eram muito baixos e logo desapareciam. Basicamente dava para comprar os insumos para a próxima retirada e alguns itens básicos para a alimentação da família. Seu José Pereira, agricultor da região, lembra muito bem desse período:

[...] Trabalhei com madeira durante 40 anos. Do meu terreno não vou dizer que acabei com tudo porque a gente sempre tenta deixar alguma coisa para os filhos, mas tirei quase toda a madeira de lá e não plantava nada. Depois que me juntei com essa minha mulher e que nós fomos para outro terreno a gente começou a botar açaí. Foram três anos que passamos muita dificuldade, mas depois que começou a dar a coisa melhorou e daí começamos a comprar as coisas e tudo que temos é tirado do açaí [...]

A demanda pelo palmito surgiu como nova oportunidade de renda para os agricultores, mas também como outro fator indutor do desmatamento. Essa atividade fez com que os produtores ampliassem a exploração do açaí (*Euterpe oleracea* Mart) avançando sobre outras áreas. Os cortes excessivos para a extração do palmito sem os devidos cuidados para permitir que novas plantas se estabelecessem ameaçou a reprodução da espécie nas comunidades ribeirinhas, levando à sua drástica redução nas propriedades. A acentuação dessa

exploração chegou a obrigar as famílias a comprarem o açaí, um ingrediente básico na dieta local, para o consumo doméstico. Essa conjugação de processos descuidados de extração de madeira e de palmito induziu à exploração de extensões de terra cada vez maiores. Só recentemente, há cerca de cinco anos, a venda do fruto do açaí passou a figurar como atividade de renda importante para os agricultores da região.

[...] Se uma família queria ir embora, a primeira coisa que fazia era tirar todo o palmito. Vendia o terreno sem nada: limpo! A pessoa tinha que começar do zero, tudo de novo [...] (Iane, sócia da Ampafoz)

A organização das mulheres

Foi nesse difícil contexto de insegurança alimentar e de baixas rendas provenientes da venda da madeira e do palmito que as mulheres passaram a se mobilizar para construir alternativas econômicas para elas e suas famílias, além de lutarem pelo reconhecimento de seu trabalho e pela conquista de sua autonomia.

Essa mobilização teve que enfrentar resistências culturais expressas sobretudo pelas atitudes dos maridos, já que no meio rural cabe às mulheres desempenhar funções consideradas como do âmbito privado, tais como o cuidado com a casa, a educação dos filhos e o trabalho na lavoura. Já os espaços de domínio público, como o relacionamento com as políticas, o comércio e a religião, são, de forma geral, reservados aos homens.

[...] A mulher não participava de reuniões. Até mesmo nós, mulheres, achávamos que reunião era coisa de homem [...] (Adaciana, sócia da Ampafoz e professora)

Uma viagem de intercâmbio realizada por duas mulheres da região inspirou a iniciativa de trabalho cooperativo, pois permitiu que elas conhecessem uma associação e refletissem com suas companheiras sobre a importância da organização feminina para a produção e a comercialização.

A partir dessa experiência, mulheres de oito comunidades se juntaram em 2002 para criar sua própria associação. O objetivo era melhorar suas condições de trabalho com a pesca do camarão e assumir maior protagonismo na comerciali-

zação de seus produtos, criando assim alternativas de renda mais sustentáveis. Atualmente, a Ampafoz é composta por 62 mulheres que atuam na pesca do camarão, no manejo do açai, além de exercerem papel destacado na defesa dos recursos naturais daquela região.

Segundo depoimentos de associadas, a formação da associação não foi nada fácil, já que enfrentaram muita resistência dos maridos.

[...] Vivíamos isoladas sem apoio para adquirir nossos materiais de pesca e conseguir qualquer benefício do estado ou do próprio município. Agora com a associação, os programas estaduais e federais ficaram mais próximos porque temos força para lutar pelos nossos direitos, como saúde e educação. Quanto às questões ambientais, também muito já foi feito, como palestras educativas sobre a conservação de nossos rios e nossas florestas [...]. (Zuleide, fundadora da Ampafoz).

[...] A gente descobriu que, através de uma associação organizada, nós conseguiríamos projetos para construir a sede da associação e outros projetos, como o dos matapis, projetos para materiais fixos, como os freezers, fogão, bate-deira de açai, máquina de triturar ração, computador, máquina de beneficiar, utensílios de cozinha e outros bens [...]. (Gorete, presidente da Ampafoz)

O trabalho do dia-a-dia

O camarão de água doce sempre esteve presente na dieta das famílias das comunidades da Foz do Mazagão Velho, graças ao trabalho realizado pelas mulheres. A pesca do camarão é hoje uma importante fonte de renda, mas seu significado extrapola esse sentido econômico, já que promove o reconhecimento do trabalho das mulheres. A criação da Ampafoz propiciou que as mulheres aderissem à colônia de pescadores, tornando-se pescadoras artesanais profissionais e garantindo seus direitos na época do defeso (novembro, dezembro e janeiro) e outros benefícios, tais como o salário-maternidade e a aposentadoria.

[...] Para nós, mulheres, este foi um grande passo, porque depois que veio a associação ficamos esclarecidas e convidamos o presidente da colônia para uma palestra. Depois disso teve muita coisa, mas o que antes fazíamos sem reconhecimento, nem mesmo de nossos maridos, hoje se tornou uma profissão. Sabíamos que o recurso tava lá, mas não tinha como a gente acessar. Agora é diferente [...]. (Gorete, sócia da Ampafoz)

Além de coragem, habilidade e disposição, a pesca do camarão requer alguns apetrechos que não são facilmente acessíveis nessa região. Um dos principais entraves da atividade é a



Viveiro do camarão

confeção do matapi¹, uma vez que na área não há ocorrência das palmeiras *Raphia vinifera* e *Raphia taedigera* que fornecem a matéria-prima para a armadilha. Até a criação da Ampafoz, as pescadoras dependiam de seus maridos para conseguir os matapis, pois não dispunham de recursos financeiros para comprá-los. Além disso, após a pesca, o camarão era entregue aos maridos para que eles comercializassem na cidade.

[...] Muitas vezes as mulheres daqui davam os camarões para os homens venderem na cidade. Eles chegavam sem camarão e até mesmo sem dinheiro, a gente não sabia nem por qual preço que era vendido [...] (Iane, sócia da Ampafoz)

Para superar essa dependência dos maridos, a Ampafoz contou com o apoio de parceiros e obteve um financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente) para a construção da sede, a compra de matapis e a realização de oficinas e cursos sobre boas práticas agroextrativistas.

Manejo do camarão e do açaí

A rotina das pescadoras é intensa durante a pacuema, período da vazante da maré, que dura 15 dias por mês. É nas luas minguantes que as mulheres olham para o rio da janela de suas palafitas e sabem que é hora de fincar as varas e amarrar os matapis para iniciar a jornada de pesca do camarão, assim como faziam suas antepassadas. O trabalho tem início com a coleta de folhas e fibras de espécies como o cupuçarana, o cacau e o arumã para a confecção da poqueca (isca), que posteriormente é unida com o babaçu, já escaldado em água quente. Após o preparo da ração, a tarefa é iscar os matapis, ou seja, preparar a armadilha para os camarões. Logo em seguida, os matapis são amarrados num fio, um a um. A extensão do fio e, conseqüentemente, o número de matapis, varia de mulher para mulher dependendo do tamanho da área de manejo e da quantidade de armadilhas que possui. Os matapis são trocados de lugar após uma semana. De seis em seis horas são iscados para que os camarões sejam retirados e colocados em uma caixa confeccionada com madeira e sombrite denominada viveiro. A fabricação do viveiro é feita pelos homens e hoje muitas mulheres contam com o apoio do marido para confeccionar o apetrecho e puxá-lo da água, uma vez que o peso é grande. E é nessa etapa que o trabalho se torna familiar.

¹ Armadilha utilizada para a pesca do camarão. Confeccionada com fibras de jupati (*Raphia vinifera*, *Raphia taedigera*), tem formato cilíndrico, medindo cerca de 40 cm de comprimento e 25 cm de diâmetro. Suas extremidades apresentam uma espécie de funil que facilita a entrada dos camarões e dificulta sua saída. No corpo do instrumento, há uma janela que é usada para colocar a isca e retirar os camarões.



Sede da Ampafoz



Horta tradicional desenvolvida em trapiche



Adaciana mostrando como faz a isca



Elaboração coletiva da logomarca do grupo

A atividade rende até 30 quilos de camarão por pacuema. Entretanto, nem sempre a produção é garantida por conta de alguns percalços, tais como o escape dos camarões por furos no viveiro feitos por peixes, principalmente a piranha; a morte dos camarões no viveiro quando a água do rio esquenta muito; ou ainda pelo furto da produção por pessoas de fora das comunidades.

A pesca sustentável do camarão é uma atividade que se encontra atualmente consolidada. Porém, permanece o enorme desafio de qualificar o acesso aos mercados.

A Ampafoz tem se mobilizado para inserir o camarão e o açai na merenda escolar, fazendo valer a recente lei que assegura que pelo menos 30% da alimentação nas escolas sejam provenientes da agricultura familiar e atendendo à preferência dos es-

tudantes por um produto saudável e de qualidade.

Por meio desse mercado, esperam uma remuneração justa para esses produtos tão apreciados, mas pouco valorizados nas cidades próximas (o quilo do camarão é vendido a R\$ 5,00 nas cidades de Santana ou Macapá).

Embora a produção ainda não seja muito valorizada, os recursos obtidos têm sido essenciais para a vida das mulheres, já que elas têm sua autoestima reforçada. Saber que o seu dinheiro é proveniente de seu próprio trabalho revigora sua determinação para seguir lutando, como bem lembra uma pescadora: *A gente já pode comprar o matapi com o dinheiro do próprio camarão.*

O açai na mesa e no mercado

Desde 2007, o festival do açai vem sendo realizado na sede da Ampafoz, tornando-se um marco para a região. É durante os três dias de festejos que se pode provar todas as iguarias feitas à base do tão apreciado fruto da palmeira *Euterpe oleracea*, que hoje constitui a principal fonte de renda e de nutrição para as famílias da região. Além disso, desde sua criação, a Ampafoz assumiu como missão a preservação dos recursos naturais. A partir da reflexão sobre os efeitos do desmatamento e da falta de alternativas alimentares, as



Pesca de camarão

famílias iniciaram o plantio de espécies frutíferas, tendo o açai como carro-chefe. Muitas dificuldades foram enfrentadas no início, já que esse trabalho exigia investimentos, mas não rendia nenhum retorno imediato nem recebeu crédito durante os três primeiros anos. Havia ainda os comentários discriminatórios, tais como: *Lá vão as mulheres se juntar para ficar falando mal dos maridos*. Porém, as associadas, com o apoio de entidades parceiras, seguiram firmes na decisão de lutar e não desistir. Colhem hoje os frutos de seu trabalho.

Vivendo e aprendendo a construir novas relações

As mulheres da Ampafoz aos poucos estão consolidando suas conquistas nos planos econômico e cultural. Um exemplo disso é o envolvimento dos maridos nas atividades domésticas quando suas companheiras viajam para intercâmbios. Os filhos também ajudam na coleta de folhas para a isca do camarão. Por outro lado, a agenda de trabalho junto à associação vem sobrecarregando as mulheres, que passaram a assumir uma dupla jornada (trabalho de produção e de reprodução familiar). Apesar disso, nos sete anos de associativismo, as mulheres já adquiriram muitas lições e afirmam que, se depender da vontade delas, a história da Ampafoz seguirá propiciando a colheita de novos frutos.



Reunião de mulheres associadas para construção da dinâmica do "Rio da Vida"

Bianca Ferreira Lima

engenheira florestal e secretária-executiva do Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA)
bianca@gtna.org.br; biafloresta@gmail.com

Waldiléia Rendeiro Amaral

professora do Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal e integrante do GTNA
walamaral@uol.com.br; wal@gtna.org.br

Referências bibliográficas

- ESCALLIER, C.; MANESCHY, M.C. Mulheres na pesca artesanal no Pará: percepção e estatuto. **Boletim Rede Amazônia**, ano 3, n. 1, p. 77-83, 2004.
- MANESCHY, M.C.; ALENCAR, E.; NASCIMENTO, I. Pescadoras em busca de cidadania. In: ALVARES, M. L. M.; D'INCAO, M. A. (Org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: Gepem, 1995. p. 81-96.
- VERISSIMO, A. Impactos da atividade madeireira e perspectivas para o manejo sustentável numa velha fronteira da Amazônia: o caso de Paragominas. In: BARROS, A. C.; VERISSIMO, A. (Org.). **A expansão da atividade madeireira na Amazônia: impactos e perspectivas para o desenvolvimento do setor florestal no Pará**. Belém: Imazon, 1996.

Fonte de água viva: soberania alimentar e ação das mulheres na Rede Xique-Xique

Marialda Moura da Silva

O agronegócio tem se expandido no Rio Grande do Norte com a instalação da fruticultura irrigada por empresas nacionais e transnacionais. Ao precarizarem e explorarem o trabalho de adultos e crianças e degradarem o meio ambiente, essas empresas vêm afetando negativamente a vida da população rural mais pobre, negra e indígena, e, em especial, a das mulheres.¹

Para fazer frente às situações de exploração e de violência a que estão submetidas, 392 mulheres organizadas em 44 grupos, presentes em três territórios rurais do estado², vêm se articulando em torno à Rede Xique-Xique com o objetivo de participar de atividades de caráter produtivo seguindo os princípios da Agroecologia, da Economia Solidária e do feminismo. Contando com a assessoria de ONGs, as mulheres participam igualmente de atividades de formação e se mobilizam em lutas e manifestações articuladas por movimentos sociais, tais como o Grito dos Excluídos, o Dia Internacional da Mu-

lher, os Encontros de Trabalhadoras Rurais, a Marcha Mundial das Mulheres e os encontros da Economia Solidária e da Agroecologia. Participam também de feiras de economia solidária de âmbito nacional, regional, estadual e municipal, onde comercializam grande diversidade de produtos.

Nos diversos municípios do Rio Grande do Norte em que a Rede Xique-Xique se constrói, a organização das mulheres em grupos produtivos surge como ação concreta de resistência contra a realidade de exploração que vivenciam. Nesse processo de construção da rede, o desenvolvimento de cultivos de base agroecológica, as práticas da economia solidária e as ações feministas vinculadas à Marcha Mundial das Mulheres têm orientado a atuação dos grupos buscando promover mudanças na vida das agricultoras. A Agroecologia referencia a luta pela soberania alimentar; a economia solidária e os princípios da autogestão, do trabalho coletivo, da cooperação e da reciprocidade são elementos fundamentais na construção de relações de confiança e de solidariedade nos grupos; o aumento da participação das mulheres e o seu papel nas questões envolvendo a reprodução humana colocam-se na centralidade do debate da rede. Como diz Nobre (2003):

É necessário seguir o debate para construirmos novas práticas econômicas. Para isto a economia solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho.

Destacamos neste artigo o processo de organização do grupo de mulheres *Maria*, como uma expressão prática de busca por uma sociedade mais igualitária e sustentável.

Grupo Maria³: uma experiência em construção

O grupo *Maria* é composto por seis mulheres do assentamento rural Arizona, localizado a 14 km da sede do município de São Miguel do Gostoso. Existe desde 2004 e congrega mulheres com diferentes trajetórias de vida que se uniram em torno a objetivos comuns relacionados à construção de alternativas para a melhoria de vida e das rendas de suas famílias. No decorrer do processo de organização do grupo, as mulheres foram conquistando crescentes espaços de participação e de autoafirmação como novo sujeito social ativo no assentamento.

¹ Em outubro de 2007, um manifesto assinado por várias ONGs e movimentos sociais do estado denunciou que *algumas transnacionais, principalmente a Del Monte, têm utilizado o trabalho escravo.*

² Os territórios são: 1) Açú-Mossoró, nos municípios de Tibau, Grossos, Mossoró, Governador Dix Sept Rosado, Baraúna, Serra do Mel; 2) Sertão do Apodi, nos municípios de Apodi, Janduis e Messias Targino; e 3) Mato Grande, no município de São Miguel do Gostoso.

³ Parte deste texto integra o terceiro capítulo da dissertação de mestrado: SILVA, Marialda Moura da. *Uma fonte de água viva: a participação das mulheres no assentamento Arizona.* UFRN, 2006.



Foto: Arquivo AACCC-RN

Mulheres do Grupo Maria preparando composto orgânico

Diferente de outras comunidades rurais, o assentamento é planejado e organizado com o envolvimento de homens e mulheres que, ao constituírem associações, assumem variadas responsabilidades nas negociações junto ao poder público e nas articulações com movimentos sociais, sindicais, fóruns municipais e regionais. Foi nesse contexto que o grupo Maria nasceu. Em uma das assembleias da agrovila Arizona, 36 sócios(as) deliberaram que a área coletiva do assentamento seria destinada à implantação de um projeto de hortas gerido pelo grupo de mulheres, que naquele momento contava com 12 integrantes. No início, havia certo descrédito no assentamento, mas a organização das mulheres em grupo lhes assegurou a área para cultivo. Essa foi considerada a primeira grande conquista.

Com a participação e reivindicação do grupo nos espaços de organização local, elas conseguiram a primeira assessoria para apoiar o desenvolvimento das atividades com a aquisição das primeiras ferramentas de trabalho. À medida que se organizaram, passaram a participar de cursos sobre produção ecológica e sobre variadas outras temáticas.

Em uma área de pouco mais de um hectare o grupo iniciou suas produções, tendo optado pelo plantio sem quaisquer insumos químicos. As primeiras atividades foram destocar e limpar o terreno e adquirir sementes para o plantio. A comercialização é realizada na feira local e os resultados econômicos são divididos pelas integrantes do grupo.

Ao constituírem o grupo, entretanto, as mulheres se deparam com dificuldades para administrar o tempo. Na chamada divisão sexual do trabalho, são elas as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família, tarefas vinculadas à sustentabilidade da vida humana. Assim, ao assumirem outras atividades, ficam ainda mais sobrecarregadas, uma vez que a maioria não tem com quem contar.

Apesar disso, a participação no grupo produtivo e a auto-organização têm aberto novos horizontes. Hoje elas assumem responsabilidades de coordenação e participam de encontros, cursos e eventos fora do assentamento e do município, com destaque para a Marcha Mundial das Mulheres, para a qual o grupo contribuiu com a confecção de uma bandeira, ostentada com orgulho. E, nesse movimento, se motivam a continuar a luta e a organização do grupo.

“O verdadeiro trabalho na agricultura é aquele que é feito com as mãos”

Quando o grupo iniciou suas atividades, as mulheres utilizavam latas e tambores para transportar água desde suas casas para a rega diária da horta. Para tanto, usavam uma carroça tomada por empréstimo. Posteriormente, adquiriram algumas ferramentas e obtiveram algumas orientações técnicas para a preparação do composto orgânico, assim como para diversifi-

car os cultivos e compreender as funções ecológicas de cada inseto e de cada *pé-de-mato* encontrado na agricultura.

As ações do grupo vêm elevando a autoestima de suas participantes com a revalorização de suas condições de agricultoras, ao mesmo tempo em que lhes confere a gratificação pelas mudanças materiais ocorridas.

A horta pra mim é um lugar tranquilo, apesar da luta ser muito pesada. Às vezes, quando tô com problemas ou de mau humor, vou para o projeto desaparecer e tranquilizar o espírito. Venho sozinha e quando me sinto melhor vou pra casa (...). O trabalho na horta é pesado, mas é menos estressado (...). Prefiro trabalhar na agricultura, pois é um trabalho que tem início e fim. Pra mim o verdadeiro trabalho na agricultura é aquele que é feito com as mãos. Além disso, na horta o trabalho é na sombra e, como a água pra horta é muito pouca, a sombra ajuda pra economizar... Em casa tem muito aperreio e as coisas a gente vai fazendo, vão se desmanchando e os homens não dão valor. Por mais que a mulher trabalhe no roçado, ele não acha que ela é trabalhadora. Quando eles veem a gente arrancando um mato desse, ficam chamando a gente de besta ou dizem “ô mulher trabalhadeira”, mas é como se fosse uma crítica, acham que as mulheres são pra ficar em casa lavando louça, cuidando de cozinha e menino (Maria T., assentada, 33 anos)

A conquista de maiores níveis de autonomia é um dos aspectos mais valorizados pelas mulheres:

Independência... Independência do meu marido, só em eu não ter que pedir tudo a ele, já que é outro dinheiro que entra em casa e com ele posso comprar um vestido pra mim, uma roupa pra um filho e não ter que pedir a ele, já é muito bom.

Ao experimentarem a construção do grupo Maria, por meio da realização de atividades produtivas, as assentadas da agrovila Arizona vêm demonstrando ser uma força ativa no desenvolvimento do próprio assentamento, participando de vários processos, sendo reconhecidas como verdadeiras integrantes da organização. Nesse sentido, pode-se afirmar que o grupo Maria tem sido uma alternativa concreta para as mulheres, uma vez que esse espaço tem lhes proporcionado visibilidade pública e reconhecimento social. Hoje são convidadas para as ações de organização, articulação, formação e têm claro que participam de um movimento que precisa ser cultivado e cuidado com tanto zelo quanto o dedicado a uma planta viva:

É uma fonte de água viva, porque, como nós, a planta é viva e precisa de água, de ser cuidada, senão ela morre. É como nós, por isso que é fonte de água viva. (Maria de S., assentada, coordenadora do grupo, 43 anos)



Foto: Arquivo AACCC-RN

Integrante do Grupo Maria realizando pesquisa em área de reserva



Foto: Arquivo AACC-RN

A experiência do grupo Maria comprova que as mulheres se diferenciam quanto à condução de processos de base ecológica, como revela sua atuação em projetos voltados para a preservação ambiental que valorizam os saberes adquiridos com outras gerações, desafiando a produção convencional, re-introduzindo sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testando formas e preparados no cultivo, recuperando a cooperação entre todas as esferas da produção (KARAM, 2005, p.320). Em suma: trata-se de uma experiência que promove mudanças não só nas práticas de cultivo das plantas, mas também nas relações sociais, na revalorização dos saberes tradicionais, no respeito ao meio ambiente e aos consumidores dos alimentos produzidos. O tempo e a dedicação à atividade, bem como princípios éticos que a orientam, tais como o senso de justiça e de solidariedade, são elementos essenciais para o seu sucesso.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo Maria, assim como os outros 43 grupos de mulheres que participam da Rede Xique-Xique, tornou-se um importante sujeito no movimento da economia solidária. O contexto em que se desenvolve a auto-organização das mulheres na Rede Xique-Xique inaugura uma época de participação feminina ativa em todos os processos, seja

na produção, na organização ou na comercialização, fruto de uma ação articulada com a Marcha Mundial das Mulheres na luta pela mudança de práticas opressoras nos assentamentos e no cotidiano familiar.

Marialda Moura da Silva
militante da Marcha Mundial das Mulheres,
coordenadora do Núcleo Estadual de Assistência Técnica em
Economia Solidária – NEATES/RN
marialda.moura@gmail.com

Referências bibliográficas

- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.303-320, abr. 2004.
- SILVA, Marialda Moura da. **Uma fonte de água viva: a participação das mulheres no assentamento Arizona em São Miguel do Gostoso (RN)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- NOBRE, Miriam. Diálogos entre economia solidária e economia feminista. **Estudos Nead**, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>>.



**Quintais
agroflorestais
mulheres redesenham
espaços de produção e
reprodução no Maranhão**

Cidvânia Andrade de Oliveira

Patizal é uma das 54 comunidades que compõem o assentamento rural Rio Pirangi – Lagoa da Onça, no município de Morros (MA). A segurança alimentar e nutricional das famílias vem sendo ameaçada por diversos fatores, entre eles a redução do tempo de pousio e o aumento populacional. Além disso, extensas áreas vêm sendo colonizadas por gramíneas localmente conhecidas pelo nome genérico de *gengibre*, uma vegetação espontânea que se alastra rapidamente pelo solo empobrecido em matéria orgânica e que dificulta e/ou impede a regeneração da vegetação originária, bem como pela implantação de cultivos anuais, tais como o roçado de *São Miguel* – plantio de mandioca realizado no período não-chuvoso – e os roçados de janeiro – policultivos implantados no período das chuvas.

Apesar desses problemas, o assentamento Rio Pirangi – Lagoa da Onça apresenta significativo potencial extrativista em função da diversidade de frutos nativos como o bacuri (*Platonia insignis*), a mangaba (*Hancornia speciosa*), o murici (*Byrsonima verbacifolia*), a juçara (*Euterpe edulis Mart*), a mirim (*Humifera balsiforme*) e o cajú (*Anacardium sp*). Tais frutos são fontes importantes tanto de geração de renda como para o consumo alimentar das famílias assentadas. Outra forma de valorização dos recursos vegetais nativos tem sido a extração de fitoterápicos e de lenha para cozinhar.

Entretanto, é possível perceber que a pressão sobre a vegetação nativa impacta de forma diferenciada os meios de vida dos membros das comunidades, já que a atividade extrativista é tradicionalmente assumida pelas mulheres. Além de comprometer a alimentação das famílias, a redução da oferta de frutas nativas dificulta o acesso a essa importante fonte de renda para as mulheres. A busca de lenha também se torna uma atividade mais penosa. As práticas fitoterápicas ficam igualmente ameaçadas não só pela degradação material dos recursos naturais, mas também pela perda dos conhecimentos relacionados à identificação de espécies *do mato* para prevenção, tratamento e cura de doenças que, na região, são dominados principalmente pelas mulheres de mais idade.

O papel das mulheres na construção de alternativas

Desde 2005, a Associação Agroecológica Tijupá atua na região prestando assessoria às comunidades. Após identificar o contexto socioambiental vivenciado no assentamento e em seu entorno, a entidade tomou a iniciativa de promover um amplo processo de discussão e de capacitação no sentido de avaliar os problemas e as possíveis alternativas para o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis, que ao mesmo tempo assegurem a melhoria da oferta de alimentos, a

produtividade dos roçados e a manutenção da vegetação em pé como mecanismo essencial para a regulação ambiental.

A ação de assessoria da Tijupá tem sido realizada com forte atenção à perspectiva das relações sociais de gênero. Essa definição institucional resulta da constatação de que as mulheres ainda são pouco valorizadas nos processos de construção coletiva da vida comunitária, embora sejam agentes indispensáveis no manejo dos agroecossistemas, importantes mantenedoras da biodiversidade e responsáveis por significativa parcela da alimentação das famílias. Nesse sentido, ao privilegiar o trabalho com as mulheres, promove-se um ambiente propício ao empoderamento das mesmas, que têm sido tradicionalmente aliadas dos processos decisórios relacionados aos rumos do desenvolvimento local.

O quintal agroflorestal: um espaço de produção e de integração

Em 2005, em função do processo de discussão sobre manejos de base agroecológica, deu-se início à recuperação de uma área de aproximadamente um hectare na comunidade de Patizal. Cedida por seu Pedro, um senhor de mais de 70 anos motivado com a proposta de cultivo de espécies frutíferas, a área serviu como referência local para o debate sobre sistemas agroflorestais (SAFs) na comunidade. Não tardou e a equipe da Tijupá foi convidada pela família de Leontina (Lió) e Lourival (Loro) que havia demonstrado interesse no aprimoramento de seu quintal. Nessa área, de aproximadamente 1,5 hectare, já estavam estabelecidas algumas frutíferas – laranja, urucum, limão, carambola, goiaba e caju –, além de um canteiro suspenso destinado ao cultivo de coentro, cebolinha,

Foto ao lado: Lindomar coletando araruta para retirar fécula para mingau

pimenta, manjeriço e hortelã. Outra parte do terreno estava sem nenhum tipo de cobertura vegetal.

O primeiro passo para a intensificação produtiva do quintal foi a introdução de frutíferas nativas e de plantas adubadoras para enriquecer o solo. A primeira espécie implantada foi o feijão guandu (*Cajanus cajan*), que proporciona rápida cobertura verde sobre a terra desprotegida. A tarefa de coletar as sementes e produzir as mudas foi assumida por Lió, que contou com o apoio do filho e da filha. As primeiras dificuldades se apresentaram logo após o período das chuvas, quando a família teve que manter a rega das plantas com água de poço extraída manualmente. Essa atividade era realizada ao amanhecer e ao entardecer, num enorme esforço para que as mudas não morressem. O empenho da família salvou algumas espécies, mas boa parte não suportou.

Apesar dessas dificuldades vividas por Lió e sua família, várias mulheres da comunidade motivaram-se para conhecer melhor a experiência. Elas foram convidadas em 2006 para participarem de atividades de capacitação viabilizadas pelo projeto *Ater para Mulheres no Território Lençóis-Munim*, aprovado pela Tijupá junto ao Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/Ppigre). Voltado exclusivamente para mulheres, o projeto procurava estimular a sua participação plena, já que até então pouco interagiam com as ações de formação e reuniões promovidas pela assessoria.

As atividades de formação foram concebidas para valorizar o conhecimento das mulheres sobre o uso dos recursos naturais no manejo dos agroecossistemas, assegurando assim um ambiente pedagógico propício à efetiva participação. O processo serviu também para explicitar as contradições inerentes à tradicional divisão sexual do trabalho, na qual as atividades das mulheres são reconhecidas apenas no espaço privado, embora sejam determinantes na condução de cultivos e criações nos quintais e também em subsistemas de *representação masculina*, como as roças. De fato, as mulheres estão envolvidas nas diversas etapas de manejo do roçado, principalmente no encoivramento, no cercamento, no plantio e na colheita, além de

Foto ao lado: Dona Lindomar puxando água para regar as plantas



O casal Lió e Loro se refresca à sombra das plantas que crescem no SAF



Diversificando a produção de alimentos



participarem do roço (derrubada da vegetação usando foice e facão) e da capina. Trabalham também na *deco*ta da mandioca (separando a raiz do caule) e na preparação da farinha. As mulheres são responsáveis ainda pelo cultivo de hortaliças em determinados espaços das roças reservados para isso.

Na época em que o trabalho nos roçados se intensifica – sobretudo na etapa de roço –, faz-se necessário adotar o regime de mutirão ou contratar mão-de-obra. Ao assumirem a tarefa de preparar a alimentação dos trabalhadores nesses períodos, as mulheres estão diretamente inseridas na gestão dos sistemas produtivos. Esse serviço, porém, não é reconhecido, já que somente o trabalho direto na roça é encarado como atividade produtiva porque é dele que se origina a principal fonte de renda monetária da família, a farinha.

As mulheres reconstruindo agroecossistemas sustentáveis

Os quintais são espaços produtivos cuja gestão está tradicionalmente sob o controle das mulheres. Além de proverem parcela importante da alimentação das famílias, são essenciais para a conservação da agrobiodiversidade. Embora também demonstrem potencial para produção destinada à comercialização, essa função vinha sendo pouco desenvolvida nas comunidades do assentamento. Os quintais proporcionam ainda outros benefícios importantes para as famílias, tais como sombreamento (abrigo de pessoas e animais nos momentos mais quentes do dia) e ampliação das áreas de lazer das crianças. Foi exatamente para assegurar e expandir essas múltiplas funções que as atividades com os quintais agroflorestais na comunidade de Patizal foram concebidas e executadas.

Iniciada por Lió, a experiência dos quintais foi sendo conduzida também por dona Lindomar e Ana Maria, propagando-se posteriormente por toda a comunidade. Os trabalhos foram se consolidando com a produção local de mudas de frutíferas, madeiráveis e adubadoras. As mulheres que participaram das atividades de formação assumiram uma dupla função: orientar outras pessoas sobre como implantar os sistemas e ao mesmo tempo fornecer mudas. Segundo algumas mulheres de Patizal:

O SAF é um desenvolvimento alimentar. Seu organismo não precisa de um só tipo de alimento. Precisa de alimentação variada, verdura, fruta. É muito importante (...) primeiro garantir a alimentação de casa, depois comercializar.

Entretanto, por ser reconhecida pela sua função de prover segurança alimentar, a produção nos quintais não era valorizada do ponto de vista econômico, embora seja desse espaço que a família assegura os produtos de necessidades imediatas, tais como frutas, verduras e animais de pequeno porte, presu-



Produção de mudas para enriquecimento dos SAF's

tivamente comprados com a renda da farinha. Por isso, afirma Lió: *na hora da necessidade nós vamos comer é do quintal.*

As mudanças materiais e simbólicas continuam tendo baixa visibilidade, dado que os SAFs ainda não ganharam maturidade. A primeira experiência implantada há quatro anos teve muitas perdas de mudas transplantadas ou do plantio por semente. Entretanto, os resultados positivos aos poucos vão se consolidando. Com o recurso do Crédito Apoio, algumas famílias da comunidade compraram bomba e caixa d'água para instalar sistemas alternativos de irrigação que permitem que novas experiências com SAFs sejam iniciadas e que a diversificação dos sistemas com espécies menos rústicas seja assegurada.

Dessa forma, os quintais agroflorestais na comunidade de Patizal vão sendo organizados pela iniciativa das mulheres como espaços que exercem funções sociais, ambientais, culturais e econômicas. Como bem expressa Lió:

Eu me sinto bem em explicar e as pessoas estão fazendo. Eu fico alegre em ensinar as experiências. Quem aprende vai passando. A gente tem que pensar na família e nas outras gerações, no futuro dos filhos, dos netos.

Cidvânia Andrade de Oliveira
agrônoma, coordenadora do Programa Mulher e Agroecologia da Associação Agroecológica Tijupá
tijupa@gmail.com

Referências bibliográficas

ROCHA, Ariadne Enes. **Levantamento florístico do Projeto de Assentamento Rio Pirangi – Lagoa da Onça:** a composição de espécies e o estado de conservação. São Luís: Associação Agroecológica Tijupá (Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rio Pirangi – Lagoa da Onça), 2006.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.



Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero

Ana Paula Lopes Ferreira, Guilherme Strauch, Celso Marcatto e Dorivaldo de Sá



s estudos, as previsões e o intenso debate atual sobre os efeitos das mudanças climáticas refletem a existência de uma crise civilizatória. Neste texto, abordamos a questão a partir de sua relação com a vida das mulheres agricultoras. Para tanto, partimos de duas premissas básicas: a primeira, de que os impactos negativos são sentidos de forma diferenciada entre agricultores e agricultoras, sendo as últimas as mais afetadas; e a segunda, de que a ação das mulheres agricultoras tem sido decisiva para a construção de sistemas de produção mais resistentes e adaptados aos efeitos das mudanças climáticas. Ambas as premissas foram confirmadas por meio de depoimentos de agricultoras e agricultores colhidos em três localidades do semiárido brasileiro, justamente a região no país que será mais severamente afetada: Rio Pardo de Minas, no Norte de Minas Gerais; o agreste da Borborema, estado da Paraíba; e Mirandiba, município do sertão de Pernambuco, áreas de atuação das organizações Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), AS-PTA e Conviver, todas parceiras da ActionAid Brasil.

Mudanças globais percebidas localmente

É consenso entre as agricultoras da comunidade de Croatá, sertão pernambucano, que a partir de meados dos anos 1970 ocorreram muitas mudanças no clima da região. Para as pessoas mais idosas, as trovoadas dos meses de outubro e novembro sinalizavam o início das chuvas. Muitos decidiam fazer seus plantios de feijão mesmo antes da estação chuvosa, pois contavam que ela viria junto com as trovoadas. Entretanto, esse sinal não está mais presente, já que o tempo *vira de uma hora para outra*, com as chuvas chegando normalmente em março. Atualmente, esperam que comece a chover porque do contrário correm alto risco de perderem a lavoura.

A antiga referência ao *feijão de dezembro* e ao *milho de janeiro* era comum nos anos em que as chuvas se antecipavam. Com a atual incerteza climática, esses cultivos passaram a ser feitos a partir de março ou abril. As fases da lua e a direção dos ventos também eram sinais muito fiáveis que anunciavam a aproximação das chuvas. O vento norte, por exemplo, indicava que em três dias elas chegariam. Atualmente o vento norte não traz necessariamente as chuvas consigo. O redemoinho e o florescimento do mandacaru também funcionavam como indicadores climáticos. Atualmente o mandacaru floresce e sua flor cai *no seco*, assim como o fruto do juá, que só caía *no molhado* e agora cai antes do início das chuvas.

As mulheres de Croatá afirmam que o calor vem aumentando e dificultando o trabalho na roça. A cada ano elas são

surpreendidas com a variação do volume de água das chuvas, considerado por elas insuficiente em muitos anos. Mudanças significativas são também percebidas nos reservatórios de água. A água minava mais intensamente nas cacimbas e as lagoas permaneciam por mais tempo cheias. Com o aumento da temperatura, secam mais rápido.

Atualmente a irrigação das plantas precisa ser mais intensiva, embora as quantidades de água requeridas nem sempre estejam disponíveis. Com a redução das colheitas, as famílias têm sido levadas a comprar os alimentos anteriormente produzidos em seus roçados. Essa é também a realidade vivenciada no Norte de Minas, como revela, de forma eloquente, Maria do Carmo Gonçalves Dias, a Duzinha, agricultora da comunidade de Raiz, município de Rio Pardo de Minas.

Acho que já mudou muito o tempo desde quando eu era pequena porque antigamente não era dessa forma. Chovia bastante, aqui tinha um córrego que tinha bastante água, passava aqui, ao lado do sítio. Hoje é uma seca que não vai ter nem como sobreviver aqui... Porque cada ano que passa fica mais difícil... O que a gente produz mais aqui é a mandioca, o milho, o feijão, mas agora muito pouco, por causa da falta de chuvas. Feijão que a gente plantava quatro vezes ao ano, agora só planta uma vez ao ano, nas águas... Tenho um pouco de café, mas tem dois anos que não dá mais nada, por causa da seca... Teve ano que colhia 20 sacas de café, mas este ano [2008] colhi só uma.

A perda da agrobiodiversidade local em função das mudanças climáticas, especialmente com a acentuação das secas, é outro efeito percebido pelas famílias agricultoras. Dentre os vários exemplos está a diminuição do número de variedades de feijão. Conforme os relatos dos agricultores da região de Rio Pardo de Minas, anteriormente eram cultivadas pelo menos 12 variedades, enquanto hoje restaram apenas duas para plantar.

Os efeitos das mudanças no clima na vida das mulheres

São fartos os registros na literatura internacional sobre desenvolvimento rural que ressaltam a importância do trabalho das mulheres agricultoras para a produção doméstica de alimentos, sendo elas responsáveis por 70 a 80% da produção na África Subsaariana, 65% na Ásia e 45% na América Latina e Caribe. Paradoxalmente, são essas mesmas mulheres que compõem a maior parcela do total de 1,3 bilhão de pessoas no mundo que vivem abaixo da linha de pobreza e que estão sujeitas ao drama da fome e da desnutrição.

Estudos mais específicos apontam para o fato de que as mulheres estão presentes ativamente em todos os espaços produtivos, mesmo naqueles ditos masculinos, além de desem-

Foto ao lado: Duzinha em seu sítio em Rio Pardo de Minas/MG



Horta em Mirandiba



Foto: Ana Paula L. Ferreira

Mulher é responsável pelo abastecimento de água em Mirandiba

penharem quase que exclusivamente as atividades consideradas reprodutivas, o que faz com que a carga de trabalho delas seja sempre superior à dos homens. No semiárido brasileiro a situação não é distinta: a manutenção da casa; os cuidados com crianças, doentes e idosos; a manutenção e o manejo da biodiversidade nas hortas, quintais e roçados; a busca de água e de lenha são atividades tradicionalmente atribuídas ao universo feminino. No contexto de mudanças climáticas, a sobrecarga de trabalho das mulheres tende a se acentuar, como pudemos constatar nas entrevistas que realizamos.

Em várias situações, as restrições no acesso a recursos produtivos provocadas pelas mudanças climáticas – incluindo a redução da disponibilidade de terras, escassez de água e desaparecimento de fontes tradicionais de alimentos – induzem a uma migração seletiva de homens – adultos e jovens –, repercutindo diretamente no aumento da carga de trabalho das mulheres. Essa é a realidade vivida pelas mulheres de Croatá e de muitas outras regiões do semiárido, onde as conjunturas de secas acentuadas fazem com que grande parte dos homens migre em busca de trabalho *alugado* nos projetos de irrigação em Petrolina, em troca de diárias muito baixas e sem quaisquer direitos trabalhistas. Essa migração sazonal dura cerca de quatro meses por ano e representa para os agricultores uma das maiores humilhações, já que são obrigados a deixar suas famílias e o trabalho em suas propriedades. Em alguns casos extremos, as mulheres também são levadas a migrar em busca de trabalho. Esse foi, por exemplo, o caso de Duzinha em 2008:

Este ano mesmo tive que me deslocar daqui pro sul de Minas [Gerais] para a colheita de café, porque aqui não tava dando para cuidar dos meus filhos. Sou viúva, tenho dois

filhos para cuidar e acho a vida um pouco difícil por causa da seca. Não posso ter uma horta, a não ser uns pés de mandioca que eu planto nas águas, um pouquinho de feijão, mas outras coisas não... Foi muito difícil para mim [ter que migrar], e é difícil a gente cuidar de uma família com uma seca dessas. Tenho umas cabeças de gado, mas não sei como será para manter com essa seca.

Outro efeito direto sentido pelas mulheres refere-se à redução de oferta de água nos reservatórios próximos, obrigando-as a caminhar longas distâncias ou permanecer horas na fila do caminhão-pipa que eventualmente abastece suas comunidades.

A contribuição das mulheres na construção de estratégias de resistência e adaptação

Aqui na nossa comunidade, falar de Agroecologia significa falar de mudança de vida. (Maria do Socorro, Croatá/PE, agosto de 2009)

Embora todas as alterações descritas continuem atingindo as comunidades mencionadas, as mulheres de Croatá também relatam que os efeitos das mudanças no clima foram significativamente atenuados a partir do momento em que mudaram a forma de fazer agricultura e começaram a participar de vários espaços, tais como reuniões e encontros dentro e fora das comunidades.

Essas iniciativas passaram a ocorrer na comunidade em 2006, a partir de um trabalho orientado pela perspectiva agroecológica que contemplava a estruturação de hortas comunitárias; a diversificação da produção e da alimentação



Horta em Mirandiba

das famílias; o estímulo à participação na feira agroecológica de Mirandiba; o fortalecimento da associação de produtores; a promoção de intercâmbios de experiências com outras famílias e comunidades; a comercialização de alimentos por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e a participação em várias reuniões, encontros e seminários com temas diversificados.

Para as mulheres, esse conjunto de atividades proporcionou uma verdadeira mudança de vida. Melhorou o consumo alimentar de suas famílias, já que estão valorizando e consumindo os produtos locais de novas formas, como a polpa congelada de abacaxi e umbu. Também alavancou a produção para o autoconsumo e para a venda, com o planejamento da produção passando a visar uma diversidade bem maior de produtos em suas hortas e roças. Além disso, elas beneficiam todos os alimentos que podem, principalmente as frutas. Como exemplos dessa diversidade atual estão os cultivos de frutas, como mamão, banana, goiaba, acerola, pinha, manga, cajuero, graviola, coco e maracujá; verduras e legumes, como pimentão, pimenta, berinjela, cenoura, tomate, cebola, coentro, beterraba, alface, abóbora, macaxeira e batata-doce; grãos e demais culturas, como cana, mamona, milho, feijão, fava, algodão, andu e fumo; e um grande número de espécies de ervas medicinais. Elas possuem ainda criações de galinhas, porcos, cabras e ovelhas.

Essa ampla diversidade de espécies, tanto vegetais como animais, vem romper com a ideia generalizada de que não é possível uma produção diversificada no semiárido, contribuindo para o aumento da autoestima das mulheres agricultoras. A diversidade atualmente existente em Croatá permite que as agricultoras guardem por mais tempo o feijão e o milho produzidos na comunidade, o que não era possível anteriormente, pois a venda se fazia necessária logo após a colheita. Dessa forma, essas famílias saíram de uma situação de insegurança alimentar, além de as crianças adoecerem menos, devi-

do ao aumento da quantidade e da diversidade dos alimentos consumidos.

Além da melhoria na alimentação, algumas mulheres da comunidade vendem seus produtos na feira ecológica em Mirandiba, destinando o que não comercializam nesse espaço para o PAA, o que tem reduzido as perdas de alimentos e aumentado as suas rendas.

A reorganização das unidades produtivas pela perspectiva agroecológica dinamizou o trabalho das famílias. Com isso, os homens, que antes necessitavam sair de casa em busca de trabalho alugado, têm encontrado a possibilidade de permanecer em suas próprias terras, surtindo um efeito evidente na qualidade de vida das mulheres, que dessa forma podem compartilhar os trabalhos com seus companheiros. Certamente esse compartilhamento muitas vezes só é conseguido com alguma *luta*. Porém, o fato é que essas mulheres vêm participando cada vez mais de processos onde o intercâmbio de experiências em Agroecologia torna-se uma importante ferramenta que auxilia no seu empoderamento.

O enfoque de gênero nas políticas sobre mudanças climáticas

Apesar dos avanços observados em muitas áreas, os debates sobre mudanças climáticas não têm incorporado a perspectiva de gênero na análise dos impactos sobre a sociedade e na elaboração de potenciais alternativas para a construção de estratégias de adaptação. As mulheres têm sido claramente alijadas das decisões sobre as políticas relacionadas aos impactos das mudanças climáticas, o que demonstra que se tem perpetuado a subavaliação e o desconhecimento sobre a importância das mulheres na gestão dos recursos naturais, como água, solos e biodiversidade. Como exemplo, citamos a ausência das contribuições da agricultura familiar camponesa e, especificamente, das mulheres agricultoras para mitigação e adaptação dos efeitos das mudanças climáticas nos capítulos do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado pelo governo brasileiro no final de 2008.

No entanto, lembramos que algumas organizações, como a AS-PTA, têm promovido essa discussão na Paraíba, destacando o impacto das mudanças climáticas na vida das mulheres. Como nos conta Roselita Vitor da Costa Albuquerque, a Rose:



Mulheres apanhando lenha em Conceição das Crioulas/PE

Estamos trazendo essa discussão a partir de um evento que fizemos no Pólo [Sindical da Borborema/PB]: as mudanças no clima vão impactar muito mais a vida das mulheres.

Ela reforça a importância do trabalho das mulheres na produção de base familiar, em especial no espaço ao redor das casas, utilizando a diversificação como estratégia para minimização dos riscos e para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias:

As mulheres participam de forma importante em todos os processos de produção da propriedade, mas é claro que também têm suas prioridades. As áreas de prioridade normalmente são aquelas ao redor de casa, onde estão as reservas de água, onde estão as frutas, os animais, a horta, fonte importante de alimento e de sustento da família. Mulheres também são responsáveis pelas plantas medicinais, são elas que cultivam essas plantas. Aquela parte ultraintervente para a segurança alimentar da família, que são os ovos, as frutas, são preocupações das mulheres (...) porque a lógica dos homens é a do mercado.

Ana Paula Lopes Ferreira

coordenadora do Programa de Direito das Mulheres da
Actionaid Brasil
ana.paula@actionaid.org

Guilherme Strauch

gerente de Agroecologia da Emater-RJ
gstrauch@uol.com.br

Celso Marcatto

coordenador de Segurança Alimentar da Actionaid Brasil
celso.marcatto@actionaid.org

Dorivaldo de Sá

coordenador Executivo da ONG Conviver
conviver.sertao@gmail.com

Referências bibliográficas

- ALTIERI, M.; KOOHAFKAN, P. **Enduring Farms: climate change, smallholders and traditional farming communities.** Malásia: Third World Network, 2008.
- DENTON, F. Climate change vulnerability, impacts, and adaptation: why does gender matter? **Gender and Development**, v. 10, n. 2, julho 2002.
- FERREIRA, A. P. L. A importância da perspectiva agroecológica no empoderamento das mulheres camponesas: processo mulheres e agroecologia como estudo de caso. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia.** Curitiba: ABA, Socla, Governo do Paraná, 2009.
- LAMBROU, Y.; PIANA, G. **Gender: the missing component of the response to climate change.** Roma: FAO, 2006.

Mulheres e soberania alimentar

Michel Pimbert

A maior parte dos alimentos produzidos no mundo é cultivada, coletada e colhida por mais de 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores. Mais da metade desses produtores são mulheres, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares locais existentes em todo o mundo, particularmente nos países em desenvolvimento.

A renda e o sustento de muitas pessoas estão atrelados à venda, processamento e troca de alimentos no âmbito local. Basta pensar em todas as pequenas indústrias alimentícias em cada bairro das cidades do Hemisfério Sul e nas mulheres que servem almoço e jantar em pontos de venda de comida em cada esquina. Os sistemas alimentares locais proporcionam a base para nutrição, renda, economias e cultura de pessoas de todo o mundo. Eles se estabelecem primeiramente nas casas das famílias e se expandem por bairros, municípios e regiões. Tais sistemas alimentares formam toda uma rede de organizações locais, cada uma atuando em diferentes setores da cadeia alimentar: produção, armazenamento e distribuição. As mulheres constituem a maioria da força de trabalho dos sistemas alimentares locais e contribuem de maneira significativa para a segurança alimentar e a economia local.

Desenvolvimento global em nível local

Os governos e as indústrias alimentares globais querem nos fazer acreditar que se aproxima uma nova



Foto: Sharad Pandey

As mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho na produção de alimentos

era na qual as grandes empresas produzirão alimentos para todos. A agenda política atual é tão dominante que a imprensa, as universidades, os colégios e os serviços de extensão promovem implicitamente a lógica do livre mercado como a única e a melhor forma de desenvolvimento. Isso indicaria que a agricultura familiar passou



Apoiar mulheres é apoiar suas famílias

de moda, fazendo com que as famílias agricultoras deixem suas comunidades para se estabelecer em cidades onde encontrarão trabalho nos setores da indústria ou dos serviços e comprarão seus alimentos nos supermercados locais onde se vendem gêneros de todos os continentes. Dessa forma, se em alguma região global houver perda de safra, outro provedor se encarregará de suprir a demanda.

Essa agenda de segurança alimentar promete produção de alimentos em grandes quantidades para atender todos os habitantes do planeta. Mas será que a liberalização dos mercados realmente pode garantir a segurança alimentar? O livre comércio tem sido promovido durante as últimas décadas e, no entanto, no ano passado os mercados demonstraram que não são provedores tão estáveis quanto se proclamavam. Quando, no início de 2008, os investidores começaram a regular o mercado de alimentos, o preço do arroz atingiu seu nível mais alto e os países importadores foram os que mais sofreram. O preço dos alimentos dobrou e quase 200 milhões de pessoas passaram a engrossar o número de famintos no mundo. Para a doutrina do livre mercado, os alimentos são apenas mais uma mercadoria e, portanto, o conjunto da cadeia industrial alimentar funciona melhor quando os preços do trabalho e dos outros insumos estão em seus níveis mais baixos. Dessa maneira, os agricultores se veem obrigados a trabalhar como peões agrícolas ou a migrar para as cidades em busca de outras fontes de renda.

Nesse tipo de sistema, o preço dos alimentos pode subir ou cair, conforme a conveniência do mercado, empurrando cada vez mais pessoas para a pobreza. Essas oscilações estão fora do controle dos habitantes das zonas rurais e até dos governos. O fardo é maior para as mulheres do que para os homens, uma vez que na maioria das famílias rurais são elas as responsáveis de pôr comida na mesa todos os dias. Além disso, a degradação das condições de vida nas áreas rurais mais pobres tem se traduzido em maiores níveis de violência – especialmente doméstica e sexual –, tendo como principais vítimas mulheres e meninas. E, apesar do livre mercado, em todo o mundo e em todas as profissões da cadeia alimentar a média dos salários das mulheres é significativamente menor que a dos homens. Cumpre ressaltar também o fato de que, em todo o mundo, as mulheres estão subrepresentadas, seja nos governos, nas áreas de pesquisa e extensão rural ou mesmo nos sindicatos e nas organizações de agricultores, o que faz com que seus interesses não recebam a devida atenção.

O direito à alimentação e à produção sustentável de alimentos

Felizmente o livre mercado não é a única opção para o desenvolvimento. Existem outros modelos que podem ser adotados para orientar o futuro da alimentação e da agricultura. Agricultores, trabalhadores do ramo da alimentação, pastores nômades e populações tradicionais têm um papel importante a cumprir num sistema alimentar global alternativo, mais fiável. E as mulheres também devem assumir seu papel.

O próprio modelo de soberania alimentar também é uma opção e seu conceito vinha sendo discutido por muitos anos quando se tornou público na Conferência Internacional da Via Campesina (www.viacampesina.org), em Tlaxcala, México (abril de 1996). Segundo definição da Via Campesina: *A Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas; a proteger e regular a produção e o comércio agrícola internos para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável; a determinar seu grau de autossuficiência; a limitar o dumping de produtos em seus mercados (...). A Soberania Alimentar não nega o comércio internacional, mas sim defende a opção de formular as políticas e práticas comerciais que atendam melhor aos direitos da população à alimentação e a dispor de produtos agrícolas inócuos, saudáveis e ecologicamente sustentáveis.*

Durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação de 1996, a Via Campesina apresentou uma série de princípios que se reforçavam mutuamente e ofereciam uma alternativa às políticas mundiais de comércio no sentido de tornar realidade o direito das pessoas à alimentação. Assim, a soberania alimentar implica o direito dos indivíduos, dos povos, das comunidades e dos países a:

- **alimentação e a produzir alimentos, o que quer dizer que todos têm direito a alimentos inócuos, nutritivos e culturalmente apropriados, aos recursos para produzir tais alimentos e à capacidade de suprir as suas próprias necessidades e a de sua comunidade;**
- **definir suas próprias políticas agrícolas, trabalhistas, pesqueiras, alimentares e de manejo de solos e água que sejam ecológica, econômica e socioculturalmente apropriadas para eles e seus contextos específicos;**
- **manejar, utilizar e controlar os recursos naturais que preservam a vida, como a terra, a água, as sementes, as raças de gado e uma maior biodiversidade agrícola, sem restrições impostas pelo direito à propriedade intelectual e livres de organismos geneticamente modificados;**
- **produzir e colher alimentos de forma ecologicamente sustentável, principalmente por meio da produção orgânica e com poucos insumos externos, assim como por meio da pesca artesanal;**
- **definir seu próprio grau de autossuficiência alimentar e desenvolver sistemas alimentares autônomos que reduzam sua dependência dos mercados globais e das grandes corporações;**

- proteger e regular a produção e o comércio domésticos, prevenir o *dumping* de alimentos em seus mercados, bem como dispensar a assistência alimentar que não seja necessária.

O marco da política de soberania alimentar é elaborado por uma rede global de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O objetivo é reunir as populações indígenas, pastores e outros grupos rurais, tanto do Norte como do Sul, concedendo-lhes voz e a possibilidade de influir sobre questões globais pertinentes. É a resposta dos cidadãos às múltiplas crises sociais e ambientais induzidas pelos sistemas alimentares modernos (IAASTD, 2008; Pimbert, 2009).

Segurança alimentar, soberania alimentar e opções políticas

O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido para se contrapor ao uso inadequado do termo segurança alimentar. No entanto, ambos os conceitos são frequentemente confundidos. A definição predominante de segurança alimentar, aprovada em diversas cúpulas alimentares e outras conferências amplamente difundidas, estabelece que todas as pessoas devem ter acesso a alimentos em quantidades suficientes e de boa qualidade todos os dias, mas não se preocupa em saber a procedência desses alimentos, quem os produz ou as condições em que são cultivados. Essa definição é favorável aos interesses dos exportadores de alimentos, que podem continuar a afirmar que a melhor maneira de garantir a segurança alimentar em países pobres é subsidiar e importar alimentos baratos ou recebê-los gratuitamente na forma de assistência alimentar, em vez de dar condições para que eles mesmos possam produzi-los. Isso aumenta a dependência desses países em relação ao mercado internacional, faz com que os agricultores familiares,

pastores nômades e pescadores abandonem suas terras em direção aos centros urbanos e, em última instância, compromete ainda mais a segurança alimentar.

Quadro I Uma dieta diversificada por meio da troca solidária

Os sistemas alimentares autônomos e soberanos não são apenas uma ilusão. Na verdade, é possível citar muitos exemplos. As comunidades desenvolvem inúmeras formas criativas de combinar as oportunidades com o controle de seus meios de subsistência. Um exemplo disso é o escambo, ou a troca solidária, que se pratica entre os povos do vale de Lares, na região de Cuzco, localizada na parte sul dos Andes peruanos. A área tem uma extensão de aproximadamente 3.600 km² e é composta de três zonas agroecológicas situadas em diferentes altitudes: a yunga (abaixo de 2.300 m), a quechua (entre 2.300-3.500 m) e a puna (acima de 3.500 m). O vale abrange mais de 30 comunidades com mais de quatro mil pessoas que participam desse sistema de troca. A cada semana as mulheres da yunga levam suas frutas, café, mandioca e coca. Já as mulheres da quechua levam milho, legumes e vegetais, enquanto as da puna levam batatas, tubérculos, lã e carne. As trocas são feitas nos mercados de escambo de acordo com as regras locais socialmente construídas. Alguns produtos são trocados de forma unitária, como a batata e a mandioca. Outros, com base em seu volume, como um ou dois punhados. Quase um terço dos alimentos consumidos pelas famílias na região provêm dos tradicionais mercados de escambo. Lá se comercializam a coca, lã e milho. Hoje as mulheres consideram que os mercados de escambo são, depois da produção para autoconsumo, a melhor maneira de conseguir alimentos.

A soberania alimentar, por sua vez, fomenta a autonomia da comunidade ao permitir que homens e mulheres decidam quais sementes plantar, que animais criar, que tipo de agricultura praticar, de que intercâmbios econômicos participar e até o que vão comer no jantar. Aqui cabe ressaltar a dimensão política da questão: contrariamente ao conceito mais técnico de segurança alimentar, a soberania alimentar aponta para a responsabilidade dos povos e governos de levar em consideração as consequências locais dos processos políticos e econômicos em nível macro.

A conexão entre mulheres e soberania alimentar é evidente. Afinal, são as mulheres que fazem a maior parte do trabalho de produção agrícola e comércio de

alimentos, já que têm sido as principais responsáveis pela alimentação da família. Graças a sua estreita relação com a produção para o auto-consumo, as mulheres detêm conhecimentos tradicionais sobre sementes, técnicas de plantio e de armazenamento e produtos tradicionais. Entretanto, esses conhecimentos não são reconhecidos. Além disso, a maioria das mulheres não tem direitos de acesso à terra e à água, assim como tem muito pouco poder de intervir nas tomadas de decisão em suas famílias e comunidades.

As mulheres se pronunciam sobre o movimento pela soberania alimentar

As mulheres têm contribuído de forma decisiva para cunhar o conceito de soberania alimentar (Desmarais, 2007), conquistando novos espaços em estruturas antes dominadas pelos homens. Por meio da Comissão de Mulheres da Via Campesina, por exemplo, elas têm conseguido influenciar os debates sobre políticas globais, tais como:

Sobre o direito a produzir

- *Nós, agricultores de todo o mundo, temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nossos próprios países, declaração feita pela insistência das mulheres, que tiveram forte influência sobre a Declaração dos Direitos das Camponesas e dos Camponeses (2009).*

Sobre a Agroecologia

- *As mulheres enfatizam a necessidade de reduzir o uso de substâncias químicas que coloquem a saúde em risco (por exemplo, os agrotóxicos, antibióticos e os hormônios de crescimento).*

Sobre os direitos de propriedade

- *As mulheres têm sistematicamente ressaltado a desigualdade entre homens e mulheres em termos de propriedade da terra e de outros recursos.*

Sobre a democracia e a participação cidadã na criação de políticas

- *As mulheres enfatizam que sua participação plena é necessária para promover um acesso equitativo à terra e para garantir o impacto positivo das políticas agrícolas sobre suas vidas.*

Vale destacar que invariavelmente os temas trazidos à discussão pelas mulheres são relevantes não só para elas, mas para todos os produtores e consumidores de alimentos.

Quadro 2 Segurança alimentar e soberania alimentar em Níger

Em Níger, na África Ocidental, 65 % da população rural está regularmente sujeita à fome. As organizações internacionais proporcionam assistência alimentar e têm estabelecido um sistema de bancos de alimentos. Os alimentos são armazenados em aldeias pobres, onde os agricultores podem vender seus cultivos ao fim da colheita e comprar alimentos a preços razoáveis quando há escassez. Dessa forma, as famílias economizam muito dinheiro, já que os preços dos alimentos nos mercados locais triplicam durante os períodos mais críticos. Há, portanto, segurança alimentar, mas as famílias continuam dependendo da ajuda externa.

Quando perguntados acerca do que precisam para garantir a produção de seus próprios alimentos, a resposta é clara: acesso constante e garantido à mesma parcela de terra. No sistema atual, os chefes tradicionais fazem uma rotação de suas parcelas de modo que os agricultores não possam investir na terra que cultivam e, conseqüentemente, não possam melhorá-la. Algumas parcelas parecem ser produtivas, enquanto outras ao redor nem tanto, de maneira que parte da terra é subutilizada.

Em outra parte de Níger, os agricultores plantaram cinco milhões de hectares de árvores assim que obtiveram o direito a plantar, colher e vender. Nas áreas de terras agroflorestais, o solo recebe mais sombra, é mais fértil e, como resultado, as crianças estão mais bem alimentadas. As pessoas podem produzir seus próprios alimentos e participar do mercado se assim desejarem. Aqueles que participam desses programas se beneficiam com uma maior soberania alimentar, com menor dependência e maior autonomia.

Como promover o papel das mulheres e a soberania alimentar?

A agenda da soberania alimentar estipula que não é o mercado que deve controlar os sistemas alimentares, mas sim as pessoas e suas organizações e instituições democráticas. As políticas envolvendo a alimentação são muito importantes e complexas para serem deixadas somente nas mãos de monopólios corporativos, profissionais da agricultura ou economistas. Elas também devem ser de domínio de homens e mulheres comuns. Afinal, os sistemas alimentares não são de ordem apenas econômica, mas também abrangem o respeito à população e à natureza. As economias camponesas respeitam esses valores, pois sabem como combinar a produção para o autoconsumo e aquela destinada ao mercado.



Rajkishuri, Chadana e Kamla participam de um grupo de auto-ajuda em Pachayat, Índia, e ganham conhecimento e auto-confiança, que é crucial para dar voz às suas necessidades e os interesses da comunidade

Nesse sentido, a soberania alimentar implica uma maior participação cidadã e formas mais diretas de democracia na gestão dos sistemas alimentares. Os cidadãos, especialmente as mulheres, devem cultivar as habilidades e os processos necessários para uma participação cívica ativa na abordagem de assuntos públicos. Isso não é tarefa fácil. Por exemplo, embora as organizações locais cumpram um papel-chave na elaboração de reformas visando a soberania alimentar, nem sempre dedicam espaços para a participação efetiva das mulheres, comprometendo o caráter democrático dos debates e ações. Assim, para que a voz delas seja ouvida, essas organizações têm que considerar as prioridades das mulheres e apoiar o desenvolvimento de suas capacidades.

O movimento de soberania alimentar vem enfrentando uma rede poderosa e bem organizada de pessoas vinculadas à ciência, ao agronegócio e aos grupos dominantes. Portanto, é primordial que a rede de agricultores familiares, processadores locais de alimentos e lideranças femininas se fortaleça politicamente. Pode chegar a formar um movimento que agregue comunidades, povos, bairros e unidades ecológicas, assumindo uma posição de contestação para promover mudanças sistêmicas profundas na sociedade. Tal movimento também deveria ser capaz de tanto se opor como se unir a organizações do governo local e do Estado, assim como às grandes empresas alimentares – sempre e quando atuem em nome dos cidadãos comuns. Para tanto, é preciso recuperar e desenvolver um conhecimento que seja ecologicamente apropriado, sensível quanto às desigualdades entre gêneros, socialmente justo e adequado a cada contexto. O processo como um todo deveria ainda conduzir à democratização da pesquisa, reunindo pesquisadores e famílias produtoras para

definir conjuntamente suas prioridades e campos. Da mesma forma, a soberania alimentar implica a implementação de uma reforma agrária radical e a distribuição equitativa, entre homens e mulheres, do direito ao acesso e uso de recursos que incluam a terra, a água, as florestas, as sementes e os meios de produção. O conceito dos direitos de propriedade deve ser redefinido de modo que as pessoas mais aptas a produzir possam ter acesso à terra e às florestas. Por fim, vale ressaltar que todas as pessoas precisam de alguma segurança material básica para que possam participar desses novos espaços democráticos (Pimbert, 2009).

Hoje, muitas mulheres e suas redes estão se engajando cada vez mais nesses processos de transformação. Elas, bem como os homens com que trabalham, estão criando esperanças e uma nova solidariedade à medida que a luta pela soberania alimentar vai se globalizando.

Michael Pimbert

Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED)
michel.pimbert@iied.org

Referências bibliográficas

- DESMARAIS, A.A. **La Vía Campesina. Globalisation and the power of peasants.** Londres: Pluto Press, 2007.
- IAASTD. **International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development.** MCINTYRE, Beverly D.; HERREN, Hans R.; WAKHUNGU, Judi; WATSON, Robert T. (Ed.). Island Press, 2008.
- Via Campesina. **El Derecho a Producir e el Acceso a la Tierra.** Posición de Via Campesina en cuanto a Soberanía Alimentaria presentada en la Cumbre Alimentaria, 13-17 de novembro 1996. Roma, 1996.
- Via Campesina. **Declaración de los Derechos de Campesinas y Campesinos.** Seul, 2009.
- PATEL, R. **Stuffed and starved. Markets, Power and the Hidden Battle for the World Food System.** Portobello Books, 2007.
- PIMBERT, M.P. **Towards Food Sovereignty. Reclaiming autonomous food systems.** (E-book). Londres: IIED, 2009. Disponível em: <www.iied.org/natural-resources/publications/multimedia-publication-towards-food-sovereignty-reclaiming-autonomous-food-systems>.

Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia

Maria Virgínia Aguiar, Emma Siliprandi e Maria Emília Pacheco

As mulheres sempre assumiram um papel de destaque na promoção da Agroecologia, seja nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos, seja na geração e disseminação de conhecimentos. Com seu olhar problematizador, fazem uma leitura diferenciada da agricultura e propõem alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida. No entanto, devido às relações desiguais de poder entre homens e mulheres, seus saberes e experiências costumam não ser reconhecidos por pesquisadores, extensionistas, educadores, gestores, lideranças, nem sequer por suas próprias famílias. Dessa forma, os seus pontos de vista, proposições e demandas vêm sendo sistematicamente negligenciadas nos processos de desenvolvimento rural.

Buscando contribuir para a crescente visibilidade e reconhecimento da importância das mulheres na promoção da Agroecologia, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) tomaram a iniciativa de promover reflexões sobre o tema durante o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e o II Congresso Latino-americano de Agroecologia, realizados entre 09 e 12 de novembro em Curitiba (PR). Dois momentos foram dedicados exclusivamente a essa temática: um painel sobre Gênero e Agroecologia e uma oficina intitulada *Por uma Agenda que Valorize o Papel das Mulheres na Agroecologia*.

O painel contou com a participação de Mario Godinez, da ONG Amigos de La Tierra América Latina, da Guatemala, e de Emma Siliprandi, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/Nepa). Mario relatou a experiência de sua organização em projetos agroecológicos com enfoque de gênero, mostrando

o quanto é difícil, em um país dominado pela militarização, pela migração e pelo machismo, fazer com que as lideranças, técnicos e muitas vezes as próprias mulheres internalizem as mudanças de postura necessárias para afirmar a sua autonomia e se libertarem de preconceitos de gênero. Segundo Mario, a manutenção do machismo e da violência contra as mulheres vem dificultando que a Agroecologia seja assumida como referência para um movimento de emancipação para o conjunto do campesinato. Com base em dados e informações de sua tese de doutorado, Emma Siliprandi apresentou algumas trajetórias significativas de lideranças femininas do movimento agroecológico no Brasil, elencando as dificuldades legais, institucionais e familiares que ainda existem para a afirmação das mulheres enquanto sujeitos plenos de direitos na agricultura familiar. Segundo Emma, a participação das mulheres no movimento agroecológico vem se dando por meio da articulação entre as históricas lutas feministas e as lutas ambientais no meio rural.

Duas outras organizações sociais importantes do movimento agroecológico da América Latina se associaram à ANA e à ABA-Agroecologia para organizar a oficina: o Movimento Agroecológico Latino-americano (Maela) e a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (Socla). Ambas as organizações ressaltaram o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na Agroecologia, principalmente na conservação da agrobiodiversidade, no resgate das sementes e na segurança e soberania alimentar.

Algumas estratégias foram alinhadas nesse momento para o avanço desse debate nas organizações proponentes, entre elas:

- Incorporar a abordagem de gênero nas metodologias de pesquisa e de extensão rural.

- Identificar exemplos de pesquisas feitas pelas mulheres na Agroecologia e analisar as diferenças nas concepções metodológicas adotadas.
- Assegurar pelo menos 50% de participação das mulheres em todos os espaços políticos relativos à Agroecologia.
- Considerar a perspectiva de gênero nas sistematizações de experiências em Agroecologia.
- Realizar um mapeamento das experiências educativas que tratam sobre o tema gênero.
- Incluir uma área temática denominada Mulheres e Agroecologia na *Revista Brasileira de Agroecologia*, da ABA-Agroecologia.
- Submeter as políticas públicas à análise a partir do enfoque de gênero.
- Divulgar informações sobre metodologias de trabalho com mulheres e com enfoque de gênero.
- Buscar uma maior participação das mulheres em todos os debates a serem realizados nos próximos congressos.
- Realizar uma conferência abordando o tema Gênero e Agroecologia no próximo Congresso Brasileiro de Agroecologia.

Além dos espaços específicos para o debate sobre relações de gênero na Agroecologia, o tema foi abordado em outros momentos durante os congressos. Pôsteres e apresentações orais, por exemplo, exibiram trabalhos e experiências que enfocavam a participação das mulheres na Agroecologia. O documento político do evento – a Carta Agroecológica de Curitiba – também ressaltou a importância das mulheres para



Fotos: Arquivo ABA-Agroecologia

Plenária da Oficina de Gênero e Agroecologia no Congresso Brasileiro de Agroecologia

a construção da Agroecologia, lembrando ainda que a questão da violência contra as mulheres, tão presente nos países latino-americanos, não pode ficar ausente das discussões do campo agroecológico, já que é fator decisivo para a garantia de sua cidadania em todos os espaços sociais. Cabe ressaltar que foram raras as vezes que o tema das relações de gênero foi incorporado às atividades centrais dos Congressos Brasileiros de Agroecologia. Nesse sentido, esses momentos revelam um avanço significativo desse último evento, muito embora apenas quinze mulheres tenham sido convidadas a participar como palestrantes ou como facilitadoras (21% do total).

As discussões evidenciaram que a Agroecologia não cumprirá seu propósito de ser uma referência para o desenvolvimento rural equitativo e sustentável se não se ocupar, na teoria e na prática, do reconhecimento das contribuições das mulheres e das questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, tanto na vida social como na atividade produtiva e na construção do conhecimento agroecológico. Esse aspecto merece especial realce uma vez que, frequentemente, as reflexões sobre gênero não são consideradas tão relevantes para o avanço da Agroecologia como ciência quanto os estudos sobre a dimensão do manejo técnico dos agroecossistemas.

Além disso, o debate acadêmico ainda ignora o papel e a contribuição das mulheres na produção de conhecimentos. Poucas participam nas discussões ou assumem postos de decisão; os espaços para abordar questões específicas das mulheres são considerados secundários em relação às agendas masculinas (entendidas como representativas do interesse de todos); e ainda são frequentes as lamentáveis manifestações machistas e de desvalorização das mulheres proferidas por técnicos, pesquisadores e extensionistas.

Diante dessa realidade, a repercussão positiva das atividades realizadas no VI CBA indica que já era tempo de realizar ações concretas de inclusão de gênero para que a Agroecologia, enquanto Ciência, atue em prol da transformação social, sendo coerente com seus propósitos emancipatórios e de equidade social. A questão de gênero deve ser incorporada como um tema estruturador dos processos de construção do



Palestra de Emma Siliprandi

conhecimento agroecológico pela ABA-Agroecologia, o que pode se dar por dois caminhos: 1) o reconhecimento pelos setores de ensino, pesquisa e extensão do papel das mulheres na promoção da Agroecologia e das agriculturas de base ecológica; 2) divulgar as trajetórias das mulheres na construção do conhecimento agroecológico, sejam elas pesquisadoras, extensionistas, técnicas ou educadoras. Ambas as orientações devem partir da seguinte reflexão: Não estaríamos reproduzindo na Agroecologia uma cultura científica que exclui as mulheres, invisibiliza sua contribuição para a produção do conhecimento e reforça desigualdades de poder?

Maria Virgínia A. Aguiar
diretora da ABA Agroecologia e consultora
do MDA/SAF/DATER
maria.aguiar@mda.gov.br

Emma Siliprandi
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/Nepa)
emma.siliprandi@gmail.com

Maria Emília Pacheco
assessora da FASE e integrante do Núcleo
Executivo da ANA
memilia@fase.org.br

La importancia de la perspectiva agroecológica en el empoderamiento de las mujeres campesinas: Proceso Mujeres y Agroecología como estudio de caso.

LOPES, A. P. F. Universidad Internacional de Andaluzia; Universidad de Córdoba, 2008.

Tomando como hipótese a existência de uma correlação positiva entre a promoção da Agroecologia e o empoderamento das mulheres agricultoras, o estudo avaliou como e em que condições as mulheres camponesas inseridas em redes sociais de inovação vêm conquistando espaço sociopolítico no âmbito de suas famílias, comunidades e organizações. A pesquisa se fundamenta em estudos de caso realizados no Nordeste e Sudeste do Brasil como parte integrante de um processo de sistematização de experiências organizado pelo GT Mulheres da ANA e apoiado financeiramente pela Action Aid Brasil. Trata-se de uma importante contribuição para a reflexão relacionada às interações entre os movimentos feminista e agroecológico.



Margarida Alves: I e II Coletâneas de Estudos Rurais e Gênero.

WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. Brasília: Nead, 2006 (Coletânea I). WOORTMANN, E.; LOPES, A.; BUTTO, A.; MOLINA, C. Brasília: Nead, 2007 (Coletânea II).

Coletâneas dos trabalhos vencedores das 1ª e 2ª edições do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Ppigre) do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead). Os textos da primeira coletânea enfocam a questão da mulher na agricultura familiar a partir de distintos ângulos, dentre os quais as comunidades tradicionais, a reforma agrária, a regularização fundiária, os movimentos sociais, os saberes tradicionais, a sexualidade e a violência. Além desses ângulos de análise, a segunda coletânea destaca a luta das mulheres rurais, com especial ênfase para as quilombolas e as quebradeiras de coco babaçu.



Assessoria técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica

CASA DA MULHER DO NORDESTE. Cadernos Feministas de Economia & Política, Recife, n. 4, 2008.

Aborda a interação entre o campo do feminismo e o da Agroecologia, trazendo análises de experiências de algumas organizações feministas e mistas, que atuam na assessoria técnica a mulheres em quatro estados do Nordeste: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.



Mulheres construindo a Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Caderno do II ENA. Rio de Janeiro, 2008.

Ao contribuir para que a perspectiva de gênero seja incorporada como elemento estruturante na pauta do movimento agroecológico, o GT Mulheres da ANA tem proporcionado a aproximação estratégica entre o feminismo e a Agroecologia. E, ao defender essa aproximação, o GT vem demonstrando a necessidade e os caminhos para a criação de espaços cada vez mais amplos de auto-organização das mulheres no âmbito do movimento agroecológico, para que elas se fortaleçam enquanto sujeitos políticos, imprimindo uma relação positiva, em sintonia com a construção e a consolidação da própria Agroecologia. A publicação apresenta a trajetória de constituição e desenvolvimento do GT Mulheres, bem como os conteúdos que vêm sendo tratados no decorrer dos oito anos de existência da ANA.



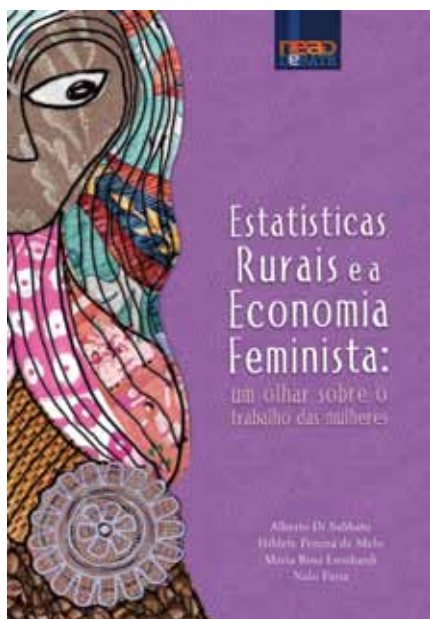
A dominação masculina.

BOURDIEU, P. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil, 2002.**

Ao abordar o tema da dominação masculina nas sociedades contemporâneas, o grande sociólogo francês busca elucidar como essa relação se estabelece, se naturaliza e, assim, se eterniza, negligenciando o fato de ser parte de um processo histórico e, como tal, passível de mudanças. Disso conclui que essa ordem injusta e violenta só pode ser transformada por uma ação política que leve em conta todos os efeitos da dominação. Para concordar, ou mesmo discordar, de suas ideias, o autor exige do leitor uma postura crítica extremamente necessária nos dias que correm, ainda mais por se tratar de uma questão de tamanha complexidade e sensibilidade.

Gênero e agricultura familiar. **NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.).** São Paulo: **SOF, 1998. 68 p.**

Por meio do relato de experiências concretas dos movimentos sociais e das ONGs, a publicação apresenta reflexões sobre a centralidade da agricultura familiar na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o Brasil e as implicações que o conceito de gênero traz para a construção desse projeto.



Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. BUTTO, A. (Org.). Brasília: **MDA, 2009. 168p**

Embora estatísticas oficiais sobre as mulheres rurais sejam parte de compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro e constituam subsídios essenciais para a formulação de políticas públicas, só recentemente elas começaram a ser produzidas de forma mais sistemática. Com base nos dados oficiais já disponíveis sobre a situação de trabalho, ocupação e renda do setor agropecuário, a publicação apresenta reflexões sobre essa realidade tomando como referência conceitos da economia feminista e da divisão sexual do trabalho. Ao realizarem cruzamentos de variáveis econômicas e sociais, os autores caracterizam as formas de desigualdade de gênero ainda prevalentes no meio rural brasileiro. Sem dúvida, uma contribuição essencial para a ação em defesa de políticas voltadas à promoção da equidade de gênero no mundo rural.

Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **SILIPRANDI, E.** Brasília: **UnB, 2009. (Tese de Doutorado)**

Siliprandi parte da hipótese de que a inserção ativa das mulheres agricultoras na construção da Agroecologia criou condições favoráveis para a emergência de novos sujeitos políticos no campo da agricultura familiar, setor tradicionalmente representado por homens. A autora buscou estudar como se constituem esses novos sujeitos, que características assumem e que significados têm para as estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar. Para verificar essa hipótese, analisou trajetórias de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos formados no Brasil nos últimos trinta anos. A pesquisa evidencia como, por meio de suas práticas sociais e discursos, essas mulheres conquistaram legitimidade para pautar suas reivindicações, disputando com outras forças políticas um espaço para o reconhecimento da existência de pontos de vista próprios das mulheres sobre os temas da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Cirandas do Pronaf para mulheres. **MDA/Nead/Ppigre/SAF.** Brasília, 2005.

Após breve descrição da situação das mulheres rurais e das políticas públicas que o MDA vem desenvolvendo para enfrentar as desigualdades de gênero no campo, o texto apresenta dados sobre a participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especificamente em relação à linha especial do Pronaf Mulher. Além disso, apresenta os principais resultados das cirandas – eventos de capacitação voltados para promoção, ampliação e qualificação do acesso das mulheres ao Pronaf. A publicação supriu uma lacuna de conhecimento sobre a distribuição desses recursos públicos e representa um importante subsídio para os debates relacionados ao aprimoramento do programa.



Agricultoras fazem curso de capacitação para produção de papel artesanal

Papel artesanal com fibras da agrofloresta na Reserva dos Canyons

A região do entorno dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, em Santa Catarina, abriga belezas naturais formadas por canyons, rios, cachoeiras, fauna diversificada e remanescentes primários e secundários da Mata Atlântica. Foi nessa região que, em 1994, a Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (Acevam) iniciou seus trabalhos com o objetivo de promover alternativas econômicas para a agricultura familiar com base nos princípios da Agroecologia. Uma das estratégias adotadas foi o fortalecimento de ações com organizações de mulheres. O grupo de mulheres Caminho das Fibras, criado em 2005 no município de Pedra Grande (SC), produz papel artesanal feito a partir de fibras de bananeira e de taboa, espécies frequentes nas propriedades familiares da região.

Após serem cortadas em pequenos cubos, as fibras passam por um processo de cozimento para, em seguida, serem lavadas, trituradas e dispostas em telas para se transformarem em folhas de papel que são utilizadas para a confecção de agendas, cadernos, álbuns e luminárias. O grupo de mulheres também produz folhas de papel reciclado a partir das fibras e aparas de papel branco. O papel assim produzido se torna mais apropriado para a impressão gráfica

e a produção de tags, etiquetas e folders. Todos os produtos são comercializados em feiras e eventos, rodadas de negócios, lojas de artesanato da região, cooperativas de consumidores agroecológicos e como brindes e presentes encomendados por empresas, instituições, órgãos governamentais e não-governamentais. Os tags e rótulos também são utilizados pela Acevam e outras associações e cooperativas para identificação e diferenciação de produtos in natura e industrializados. Além dos benefícios materiais, o grupo vem promovendo muitas mudanças na vida das agricultoras que dele participam, em particular o aumento da autonomia e da autoestima com reflexos positivos nas relações de gênero nas famílias e comunidades rurais em que estão inseridas.



Reunião do grupo de mulheres Caminho das Fibras

Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, na *Leisa Latinoamericana* (editada no Peru) e na *Leisa Global* (editada na Holanda).

Financiamento da transição agroecológica

A transformação dos agroecossistemas pela perspectiva agroecológica costuma ser um processo paulatino que exige investimentos materiais e novos conhecimentos. Sempre que as famílias agricultoras tenham acesso a esses recursos em quantidade, qualidade e nos ritmos ajustados às suas novas estratégias técnicas e econômicas, essa transformação pode ser aprimorada e acelerada. Caso contrário, elas são obrigadas a mobilizá-los por iniciativa própria, lançando mão de poupanças geradas pelo trabalho familiar. Essa condição, entretanto, nem sempre está disponível para muitas famílias, sobretudo as mais empobrecidas. Nesse caso, elas encontram dificuldades para se desatrelarem de estratégias fortemente orientadas pela necessidade de garantir no curto prazo as condições mínimas de sobrevivência e reprodução física, o que muitas vezes significa protelar indefinidamente seu ingresso em novas trajetórias técnico-econômicas.

A edição v. 7, n. 2 da *Revista Agriculturas* apresentará experiências individuais ou coletivas de famílias que recorrem a diferentes tipos de financiamento – oficiais e não-oficiais – com o objetivo de reestruturar seus sistemas de produção segundo os princípios da Agroecologia. A título indicativo, algumas questões-chave, desde que pertinentes, podem ser exploradas na análise das experiências, dentre as quais: Que limitações e oportunidades as famílias vêm encontrando para tirar partido das políticas oficiais de crédito em suas estratégias de transição agroecológica? Como vêm ajustando suas estratégias para driblar as limitações eventualmente encontradas no acesso ao crédito oficial? Como e em que condições as famílias e comunidades têm conseguido constituir poupanças próprias para financiar processos de transição agroecológica?

Data-limite para envio de artigo:
15 de maio de 2010.

v. 7, n. 3 – Tema: Gestão da água – Data-limite para envio de artigo: 15 de agosto de 2010

v. 7, n. 4 – Tema: Educação em Agroecologia – Data-limite para envio de artigo: 15 de outubro de 2010

Instruções para elaboração de artigos

Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair ensinamentos que sirvam de inspiração para grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Os artigos devem ter até seis laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Os textos

devem vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com a indicação dos seus autores e respectivas legendas. Os(as) autores(as) devem informar dados para facilitar o contato de pessoas interessadas na experiência. Envie para revista@aspta.org.br.

ACESSE: www.agriculturas.leisa.info